

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

RONYEDJON DE GOIS SANTOS

**POSSÍVEIS ERROS EM EDITAIS DE LICITAÇÃO NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: UMA ANÁLISE
SOBRE A PERCEPÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

São Cristóvão/SE

2018.1

RONYEDJON DE GOIS SANTOS

**POSSÍVEIS ERROS EM EDITAIS DE LICITAÇÃO NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: UMA ANÁLISE
SOBRE A PERCEPÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de
Administração do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade
Federal de Sergipe, em cumprimento as
Normas do TCC expostas na Resolução
nº69/2012, para obtenção da graduação
em Administração.

Área: Administração Pública

Orientador: Prof. Ma. Maria Teresa
Gomes Lins

São Cristovão/SE

2018.1

RONYEDJON DE GOIS SANTOS

**POSSÍVEIS ERROS EM EDITAIS DE LICITAÇÃO NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE:**

Uma análise sobre a percepção da comissão de licitação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 20/09/2018 ao Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento às normas conforme Resolução nº 69/2012/CONEPE, para a obtenção da Graduação em Administração.

.

Banca Examinadora:

Prof.^a Ma. Maria Teresa Gomes Lins
Orientadora

Prof.^a Ma. Carina Angélica dos Santos
Examinadora

Prof. Dr. Napoleão dos Santos Queiroz
Examinador

Aos meus pais Lúcia e Roberto, em especial a minha mãe, por todo amor e apoio dado em todo o decorrer da minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e amigos, que acreditaram em todo o meu empenho, dando força, conselho, ajuda, dica e ensinamentos propulsores ao meu crescimento acadêmico e profissional. Dando a mim a oportunidade de portar esse diploma.

RESUMO

A lei de licitação (nº 8.666/93) trouxe mudanças significativas para Administração Pública, mas até os dias atuais essa legislação passa por mudanças no sentido de melhorar a aplicação do dinheiro público. Muito tem sido alcançado com essa legislação, mas as falhas estão acontecendo e são variadas, e uma dessas está associada aos erros em editais de licitação que têm causado perdas ao erário público. Dessa forma, o objetivo deste TCC é investigar sobre possíveis erros em editais de licitação no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe, segundo a ótica da Presidência da Comissão de Licitação. Para tanto, o estudo se propõe a investigar o processo licitatório; verificar a modalidade de licitação mais utilizada administração da Universidade Federal de Sergipe e pesquisar sobre a frequência e a responsabilidade pelos editais impugnados no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe. Consiste num estudo de caso aplicado no setor de licitação da UFS, junto à Comissão Permanente de Cadastramento de Firms e Julgamento de Licitações – CPCFJL. Para coleta de informações foi aplicada uma entrevista semiestruturada à presidente da Comissão Permanente de Cadastramento de Firms e Julgamento de Licitações – CPCFJL. Diante dos resultados alcançados, constatou-se que a modalidade mais utilizada é o pregão. Dessa forma, a maior incidência de erros nos editais de licitação da UFS são os dessa modalidade. Os erros mais cometidos estão relacionados a cobrança excessiva de documentação, erro da definição do objeto e erro de cálculo na planilha de custos. Esses são erros que ocorrem, não só na UFS, mas no âmbito de toda Administração Pública brasileira.

Palavras-chave: Administração Pública. Lei 8.666/93. Erros no Edital de Licitação da UFS.

ABSTRACT

The bidding law (No. 8.666 / 93) brought changes to the public administration, but the law came into effect by changes to improve the application of public money. Most occurrences are subject to this legislation, but failures are occurring and are varied, and occurrences are associated with errors in the bidding issues that occur to the public. Thus, the TCC is investigating the errors in the bids of the Federal University of Sergipe, according to the bidding prescription. Therefore, the study proposes to investigate the bidding process; The Federal University of Sergipe is trained to verify the frequency and capacity of data editing of the Federal University of Sergipe. However, this study does not have a UFS bidding agreement with the Permanent Commission for Business Registration and Bidding Judgment - CPCFJL. To repletion of information was applied in the semistructured the chair of the Permanent Commission of Registration of Companies and Judgment of Tenders - CPCFJL. Given the results achieved, it is a more used modality is the trading floor. Thus, the highest incidence of errors in the UFS bidding publishers are those of this modality. The most common errors are related to the excess, error, and calculation error analysis in the cost sheet. These are the problems that occur, not only in the UFS, but in the space of the entire Brazilian public administration.

Keywords: Public Administration. Law 8.666 / 93. Errors in the Bidding Document of UFS.

Lista de figura

1-	Fases da licitação.....	38
-----------	--------------------------------	-----------

Lista de tabela

1-	Vairáveis do estudo.....	55
-----------	---------------------------------	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Justificativa.....	12
1.2	Problema.....	12
1.3	Objetivo.....	13
1.3.1	Objetivo geral	13
1.3.2	Objetivo específico	13
1.4	Organização da pesquisa.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	O Direito administrativo e o significado de administração pública.....	15
2.1.1	O porquê da processualização da administração pública no Brasil	18
2.2	Licitação: Obrigatoriedade da administração pública.....	22
2.2.1	Breve relato sobre o surgimento da licitação.....	22
2.2.2	Conceito de licitação.....	22
2.2.3	Princípios da licitação.....	26
2.2.4	Modalidades e tipos aplicáveis de licitação.....	32
2.3	Edital: Etapa dos procedimentos da licitação.....	38
2.3.1	Erros prováveis do edital de licitação.....	41
3	ESTUDOS SOBRE O TEMA.....	45
4	METODOLOGIA.....	49
4.1	Questões de pesquisa.....	49
4.2	Procedimentos metodológicos.....	49
4.3	Caracterização do estudo.....	50
4.4	Métodos e estratégias.....	52
4.5	Fontes de evidências.....	52
4.6	Unidade de análise e critérios de escolha.....	53

4.7	Definições constitutivas operacionais das categorias analíticas e elementos exploratórios.....	54
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	56
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS.....	65
	APÊNDICE A – Questionário de pesquisa de campo.....	69

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública consiste no conjunto de órgãos que são constituídos com o propósito de por em prática as metas governamentais, voltadas a satisfazer a coletividade. Espera-se desse conjunto de órgãos um desempenho constante e metódico, a favor da comunidade que o constitui, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade publicidade e eficiência, esses princípios tem que ser observados em todas as vertentes da administração pública, e conseguinte em seus atos, assim como nas licitações públicas ela tem que ser legal, impessoal, moral, pública e eficiente, este último acrescentado pela emenda constitucional Nº 19/98, traz que nesse contexto licitatório, teríamos compras rápidas, econômicas e que atinja os objetivos do órgão licitante, esse princípio visa aperfeiçoar e otimizar os resultados e atender o interesse público.

Diz-se ainda que a Administração Pública está composta pela administração direta e indireta. No que diz respeito à direta essa consiste em União, Estados, Distrito Federal e municípios. Já a indireta é composta por sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações (ÁVILA, 2012).

Ao contrário dos particulares, que dispõem de ampla liberdade quando pretendem adquirir, alienar, locar bens, contratar a execução de obras ou serviços a Administração Pública para fazê-lo, necessita adotar um procedimento preliminar rigorosamente determinado e preestabelecido na conformidade da lei. Tal procedimento denomina-se licitação (MELLO, 2009).

Destaca-se que o procedimento licitatório serve para Administração Pública no âmbito federal, estadual ou município fazer a aquisição de bens, obras ou serviços, como também não se exime desse processo a administração indireta que igualmente também é regulamentada pela lei de licitações.

São variadas as modalidades de licitações e contratos administrativos, esses são processos regidos pela Lei nº8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº10.520 de 17 de julho de 2002 e a mais nova Lei nº12.598 de 21 de março de 2012 que surgiu para estabelecer normas especiais para as compras, contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa (MELLO, 2009; PIETRO, 2012).

A lei maior das licitações é a nº8.666 de 1993, essa determina que são modalidades de licitação a concorrência, convite, concurso, leilão e tomada de

preço. Cabe a essa legislação dispor sobre como todo o processo licitatório irá ocorrer, as modalidades de licitação a serem usadas como também os casos de dispensa e inexigibilidade.

No que diz respeito a lei 10.520 de 2002 surgiu para aperfeiçoar o processo licitatório, está vem como um “*stand up*” para administração pública brasileira está modalidade criada para também aquisição de bens e serviços ela diverge da concorrência e da tomada de preço em questão de valores da aquisição e os métodos para a aquisição, pois o método do pregão é o mais rápido que os demais, pois ele tem uma otimização nos prazos de recursos, entregas e validade das propostas (JUSTEN FILHO, 2010).

Basicamente a licitação possui duas fases distintas sendo uma interna e outra externa. É na fase interna, entendida como a mais meticulosa que acontece a elaboração do edital ou carta-convite, que segundo rege a legislação consiste no instrumento de convocação ou de convite de interessados em contratar com a Administração.

Conforme comentários de Pietro (2010) é no edital que consta as condições básicas e as regras que devem constar no contrato de quem manifestar o interesse em participar da licitação. O comparecimento à convocação significa que o interessado concorda com as condições do edital. É por essa propriedade de retratar as regras de contratação que se diz que o edital é a lei da licitação e por extensão a lei que rege o contrato.

Porém devido a erros em editais de licitação ocasiona-se muitas perdas ao erário público e a população, dentre elas estão produtos não condizentes ao que o órgão realmente necessita, morosidade na execução da obra ou serviço prestado ao órgão dentre outros. É sobre possíveis erros em editais de licitação que se baseia o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Estruturalmente o trabalho esta dividido em quatro etapas distintas sendo a primeira essa introdução, seguida da etapa que traz a fundamentação teórica que trata da caracterização dos conceitos adotados no desenvolvimento do estudo, nesse sentido se faz oportuno compreender o significado de Administração Pública; entender de licitação, suas características relevantes, seus procedimentos, obrigatoriedade, legislação aplicável e seus princípios norteadores, descrever processo licitatório como um todo, enfocando de forma explicativa, as modalidades tradicionais de licitação e sua aplicação na gestão pública; e comentários sobre a

fase da licitação relacionada ao edital e os erros no edital de licitação para facilitar a compreensão do tema.

Na sequência a etapa três estado da arte, a quatro traz a metodologia e análise da entrevista, as conclusões e a lista de referências.

1.1 Justificativa

A justificativa para a escolha do tema parte da iniciativa de atentar para os cuidados necessários do decorrer do processo de licitação, a fim de evitar prejuízos a Administração Pública. Os erros no edital representam falhas graves que podem levar uma repartição de Administração Pública ampliar os custos de transação presentes nos contratos administrativos.

Verifica-se ainda que estamos numa conjuntura de corrupção, desvios e falta de transparência no que diz respeito ao patrimônio público, a licitação se enquadra perfeitamente como uma alternativa positiva e eficaz para que exista boa fé, eficiência e transparência quando nas contratações públicas, tão aclamada pelos brasileiros.

Nada mais oportuno que reunir conteúdo e participar dos estudos que expõem os erros de editais como forma de alertar e contribuir para esclarecer os principais problemas que ocorrem na fase interna das licitações realizadas pelos órgãos públicos e dessa forma evitar irregularidades que tem alto custo para o erário público.

Vale ressaltar, que o propósito deste trabalho não é o de formular conclusões definitivas sobre a relação entre os procedimentos licitatórios e os conceitos da literatura. Assim, a proposta fundamenta-se na discussão de questões relevantes a serem consideradas pelas empresas públicas na concepção da licitação dentro da administração pública responsável e também sob a ótica social.

1.2 Problema

Conforme explicações de marcos e Marconi (2010, p.143) o problema de pesquisa é “[...] uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução”.

Dessa forma o problema deste Trabalho de Conclusão de Curso se baseia no seguinte questionamento: Quais os possíveis erros em editais de licitação no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe, segundo a ótica da presidência da comissão de licitação?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Identificar possíveis erros em editais de licitação no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe, segundo a ótica da presidência da comissão de licitação.

1.3.2 Objetivos específicos

- Investigar o processo licitatório no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe;
- Verificar a modalidade de licitação mais utilizada administração da Universidade Federal de Sergipe;
- Pesquisar sobre a frequência e a responsabilidade pelos editais impugnados no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe.

1.4 Organização da pesquisa

Este projeto encontra-se dividido em 06 (seis) capítulos. Este primeiro capítulo apresenta a introdução, justificativa, a problemática da pesquisa e os objetivos geral e específico. No segundo capítulo está exposto o referencial teórico desenvolvido para facilitar a compreensão de conceitos referentes à licitação. Nesse mesmo, apresenta-se ainda os estudos realizados sobre o tema, cujo objetivo é demonstrar os aspectos já abordados por outros autores.

No terceiro capítulo, apresentam-se temas sobre erros em editais de licitação e processo licitatório através de artigos sobre o tema e outras fontes. O que possibilitou a caracterização detalhada do objeto de estudo de projeto.

No capítulo quatro, desenhrou-se a operacionalização da pesquisa, caracterizando o estudo definindo as questões de pesquisa, os métodos e estratégias da pesquisa, quais foram as fontes de evidências, as unidades de análise e os critérios de escolha, as definições constitutivas operacionais das categorias analíticas e elementos exploratórios. Caracterizou-se o protocolo de estudo de caso, e como ocorrerá a coleta e análise dos dados.

A análise e a discussão dos resultados obtidos com a aplicação da pesquisa seguem apresentados no capítulo quinto. Onde a análise é feita para cada elemento exploratório estudado. Em seguida, o capítulo sexto apresenta as conclusões do trabalho e as sugestões para o aprimoramento do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dando início ao desenvolvimento deste referencial e buscando compreender o objeto deste estudo que licitação e erros no edital de licitação, torna-se interessante antes tecer alguns comentários sobre o que vem a ser Direito Administrativo, Estado e Administração Pública.

2.1 O Direito Administrativo e a Administração Pública

Direito Administrativo é uma ramificação do Direito Público. Consiste num conjunto articulado e harmônico de normas jurídicas que disciplinam a Administração Pública, juntamente com seus órgãos, entidades, pessoal, serviços e bens. É esse ramo do Direito que regulamenta também a função administrativa da Administração. Diz-se dessa forma que o objeto específico do Direito Administrativo é a Administração Pública e o desempenho das funções administrativas (CUNHA JUNIOR, 2012).

Conforme Mello (2010) a origem do Direito Administrativo está na Revolução Francesa, como o período histórico precedente da Monarquia Absoluta. Eis que inexistiam nessa época disposições que subjugassem ao Direito a conduta soberana do Estado em suas relações com os administrados. Daí que era preciso aplicar um Direito “novo”, ainda não legislado (ou que mal iniciava a sê-lo). É que as normas do Direito até então existente disciplinavam as relações entre particulares não o Poder Público e os administrados. Partiu, portanto da idealização da ramificação direito administrativo as disposições para lidar com a Administração Pública.

Sobre como surgiu o Direito Administrativo no Brasil, Mello (2010, p.36) é categórico e afirmar que veio da necessidade de desvinculação entre o poder judiciário e executivo, surgiu como sendo o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem como pessoas e órgãos que a exercem.

Possibilitou distinguir não só o bem e o mal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, mas também entre o honesto e o desonesto que o Direito Administrativo passou a existir. Partiu, portanto da instituição da Lei nº8.429, de 2.6.1992, Lei de Improbidade Administrativa responsável por combater a probidade da gestão pública (PIETRO, 2012).

A Administração Pública ao desempenhar a função administrativa, tem o objetivo de atender os interesses da coletividade. Para tanto pode ser idealizada de duas formas uma subjetiva, formal ou orgânica, quando estiver relacionada às pessoas jurídicas, aos órgãos públicos e os agentes públicos. A outra é de maneira objetiva, material ou funcional, quando tiver relação com as funções ou atividades administrativas, como a prestação de serviços públicos, o exercício do poder de polícia, a atividade de fomento e a intervenção na ordem econômica (CUNHA JUNIOR, 2012).

De acordo com Silva (2011) expõe em seu estudo, o objetivo do Estado é atender aos interesses públicos, para tanto em muitos casos a Administração Pública precisa contratar com terceiros para a realização de obras, serviços e adquirir bens, diante dessas necessidades o ente público depende, via de regra, de um procedimento seletivo que é a licitação.

É com base no art. 173, §1º, III, que a Constituição Federal deixa claro que as empresas públicas e sociedades de economia mista atuam tanto na promoção de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de serviços, como podem prestar serviços públicos. Qualquer uma dessas áreas de atuação da Administração Pública, ao contratarem necessitam de agilidade para que não venham a ficar em desvantagem perante as concorrentes do setor privado.

É nesse sentido de proporcionar maior celeridade e lisura aos serviços prestados pela Administração Pública que foi instituída uma legislação específica, ou seja, um estatuto jurídico particularizado para a licitação e outra para os contratos administrativos, que é o parágrafo único do art. 1º da Lei nº. 8.666/93.

Oportuno comentar que mesmo com o advento do art. 173 da Constituição Federal, falta no ordenamento jurídico brasileiro um conjunto de regras específicas sobre as licitações e contratos das empresas estatais de caráter empresarial, o que possibilita existir jurisprudências do Tribunal de Contas da União que entendem que diante da falta dessa lei específica, as empresas estatais exploradoras de atividade econômica não ficam obrigadas a observar os procedimentos da Lei nº. 8.666/93.

Sempre que for necessário contratar algo relacionado com a atividade fim; e sempre que alguma etapa do processo licitatório interferir no negócio da empresa, somente a modalidade pregão deve ser adotada. Para que não se aplique as regras de obrigatoriedade da licitação a situações deve ser estudada de forma individualizada (FURTADO, 2010). Mas afinal porque Administração Pública?

Generalizando são dois os sentidos que se adotam a expressão Administração Pública segundo explica Pietro (2012) o sentido subjetivo, formal ou orgânico que tem relação com o desígnio dado aos entes que exercem a atividade administrativa, ou seja, são as pessoas jurídicas, os órgãos e agentes públicos, que exercem a função administrativa. E o sentido objetivo, material ou funcional, quando se refere à natureza da atividade exercida pelos referidos entes, ou seja, quando assume a função administrativa junto ao Poder Executivo.

Na concepção de Ávila (2012) a Administração Pública consiste no conjunto de órgãos que são construídos com o propósito de por em prática as metas governamentais, voltadas a satisfazer a coletividade. Espera-se desse conjunto de órgãos um desempenho constante e metódico, a favor da comunidade que o constitui.

Consta no estudo de Viegas (2011) que a Administração Pública não pratica atos de governo, mas somente atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e seus agentes. Tem o objetivo de gerenciar a coisa pública. Visa o desenvolvimento das funções administrativas de forma que os interesses da sociedade sejam alcançados. Ela engloba todo o aparelhamento do Estado, a fim de que, os serviços sejam realizados sempre buscando a satisfação das necessidades da coletividade.

Numa visão global, a Administração é, pois todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. Essa não pratica atos de governo; pratica tão-somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes. São os chamados atos administrativos, que, por sua variedade e importância, merecem estudo em capítulo especial (MEIRELLES, 2009).

Segundo exposto na Constituição do Brasil a Administração Pública dividida em:

a) Administração pública direta ou centralizada: é a quem envolve a estrutura administrativa central do governo, formada pela Presidência da República e pelos Ministérios na esfera Federal; pelos Gabinetes dos Governadores de Estado e Distrito Federal e pelas Secretarias de Estado na esfera Estadual; pelos Gabinetes dos Prefeitos Municipais e pelas Secretarias Municipais na esfera Municipal. Conclui-se, portanto, que a administração pública direta está ligada diretamente ao chefe do Poder Executivo em todos os níveis de governo (ÁVILA 2012, p.12).

b) Administração pública indireta ou descentralizada: é aquela que, devido à autorização e criação e efetuada pela administração direta, executa serviços públicos ou de interesse público, sendo estas caracterizadas como pessoas de jurídicas de direito público ou privado. São as entidades que compõem a administração indireta ou descentralizada, as autarquias; as entidades paraestatais: as empresas públicas; sociedade de economia mista; fundações; e serviços sociais autônomos (ÁVILA 2012, p.12).

É preciso registrar que a fim de satisfazer o coletivo a Administração Pública se utiliza não só de recursos financeiros, mas também de recursos materiais humanos ou institucionais. Enquanto processo, conforme esclarecimentos de Silva (2016), essa requerer de forma geral integração e interatividade entre seus instrumentos, sejam estes materiais, humanos ou institucionais. Entende-se, portanto que é devido à existência dessa integração e interatividade que a Administração Pública é entendida como sendo um conjunto que funciona por meio de processos administrativos.

2.1.1 O Porquê da processualização da Administração Pública no Brasil

Como foi dito o Direito Administrativo veio possibilitar a toda estrutura, órgãos e entidades da Administração Pública desenvolver atos, procedimentos, com foco na Supremacia do Interesse Público, não mais a discricionariedade administrativa sem limites. A CF de 1988 trouxe novos limites à discricionariedade administrativa.

Cretella Júnior (2005) fala do poder discricionário e afirma se tratar do poder dado ao agente público para decidir livremente com base no binômio conveniência-oportunidade, desde que se guie pela legalidade o mesmo pode optar pela decisão que achar mais adequada para agir tendendo apenas ao elemento fim.

Bem evidência Mello (1998) que o agir discricionário é sempre relativo, pois existe a limitação da lei, dessa forma a liberdade que é conferida ao gestor público tem extensão, medidas e modalidades, logo discricionariedade somente com a convergência com fins legais. Mesmo diante de expressões vagas ou imprecisas, a discricionariedade não pode se desviar do campo significativo mínimo desses termos. Ainda considerando esse autor, até mesmo com o limite de liberdade estipulado pela lei, essa liberdade pode ser cessada a depender do fato jurídico no qual a regra será aplicada.

Rege o princípio da legalidade, segundo consta no art.37 da CF, que a administração pública direta e indireta de qualquer um dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios tem que obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Para Cintra, Grinover e Dinamarco (2005) o processo atua a serviço da paz social, pois evita ou mesmo elimina os conflitos existentes na sociedade por meio de decisões justas, e, conseqüentemente, fazendo justiça.

Souza (2014) observa que a desde os meados do século XIX que a processualidade ampla deixou de estar atrelada somente à função jurisdicional, e passou a estar relacionada também às funções legislativa e administrativa do Estado. Desde essa época que a processualidade passou a existir também no âmbito administrativo, em toda a atividade administrativa do Estado.

O significado da processualidade na atividade administrativa tem relação com evitar vícios e arbitrariedades. Significou a garantia da compatibilidade da atuação administrativa com a juridicidade e concretizar o Interesse Público qualitativo no caso concreto, tanto que para esse mesmo autor a processualidade não deixa de ser um instrumento democrático que possibilita tornar a atividade administrativa nacional mais legítima, controlável e eficiente (REIS, 2015).

Para uma sociedade marcada por um histórico de corrupção no setor público nada mais oportuno que encerrar a possibilidade do agente estatal ter carta branca para agir com a coisa pública. A processualidade nesse caso trouxe o respeito à soberania popular, visto que atua efetivamente para que seja possível o controle e a fiscalização pelo público. Consiste dessa forma numa necessidade democrática para a concretização dos direitos fundamentais e para a construção do já comentado Estado Democrático de Direito (REIS, 2015).

Schwanka (2011) bem explica essa prerrogativa da processualidade de participação popular, quando afirma que os processos administrativos transparentes, devem ser acessíveis aos cidadãos para que esses possam ter acesso a tomada de decisão administrativa e dessa forma aferir se estão condizentes com o bem comum, se é racional, leal e justa.

O significado de processualidade para Schwanka (2011) está na possibilidade de permitir o acompanhamento das medidas ou providências estatais dessa forma minimizar a insegurança jurídica e os riscos de violação aos direitos e garantias individuais dos cidadãos.

Silva (2009) comenta da maior participação dos cidadãos, significou a dita democracia participativa que surgiu graças à insatisfação com a falta de igualdade de condições para todos da sociedade, na maior participação direta dos cidadãos na gestão da coisa pública. Os controles internos e as auditorias governamentais surgem como mecanismos de fiscalização das ações da Administração Pública. Através da análise dos processos se torna possível emitir uma opinião sobre a regularidade das contas públicas.

Como comentam Lima et al (2012) ao examinar as peças dos processos de tomada ou prestação de contas, é possível verificar os fatos administrativos e a eficiência dos sistemas de controles administrativos e contábil. Tem-se a constatação ou não do cumprimento da legislação pertinente, o acompanhamento dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

No que diz respeito a controle social essa é uma situação relacionada a elaboração e execução orçamentária, tem a ver com a fiscalização e a prestação de contas sob a ótica da legalidade, legitimidade, economicidade e oportunidade, sempre com foco no interesse público (BREDEK, 2013).

Lima et al (2012) comentam da importância do controle interno para auxiliar nas atividades das auditorias. As auditorias gestão governamental se utilizam dos processos da Administração para evidenciar erros e fraudes e dar mais confiança aos testes e avaliação do auditor.

Como bem coloca Marques Neto (2004) a Administração tem que atuar dentro, na forma, nos limites e para os fins contidos na lei. A legalidade dessa forma se constitui num vetor da atividade administrativa, pois rege a lei que a Administração só pode realizar o que for autorizado pela lei e o que o princípio da função assim o determinar.

Mesmo com as possibilidades deixadas pelo legislador para a discricionariedade, já comentada neste mesmo tópico, que possibilita algum tipo de liberdade para o administrador, o processo administrativo deve deixar registrados todos os passos que adotou para justificar a decisão discricionária que adotou. Rege o princípio da legalidade do processo administrativo que as normas devem ser respeitadas praticar qualquer ato administrativo, ao administrador só é permitido adotar um determinado processo que esteja justificado à luz da lei (SOUZA, 2014).

Lopes (2016) comenta do princípio do devido processo legal que considera como sendo à base de todos os demais princípios pertencentes ao processo é a garantia do indivíduo contra o uso arbitrário do Poder do Estado no desenvolver de suas atividades, seja a legislativa, a judiciária ou a administrativa.

O processo administrativo, baseado no princípio do devido processo legal dessa forma existe como elemento crucial para verificação da observância do princípio da legalidade. Consiste num elemento que a um só tempo está sujeito à legalidade e é adotado como ferramenta para que se concretize o princípio da legalidade.

Acréscimos de Schwanka (2011) colocam que a processualização veio para alterar a forma como o Estado se relaciona com o cidadão. Significou acabar com arrogância e onipotência que até então marca esperada da figura estatal, foi uma melhora justa e oportuna para garantir os direitos e as garantias individuais preconizadas pela Constituição. Tem-se com a processualização de certa forma um aperfeiçoamento na comunicação das ações do Estado para com a população onde passou a ser possível deixar mais transparente e acessível às decisões da Administração. Esse mesmo autor acrescenta ainda que trouxe maior legitimidade à ação estatal.

Dessa forma verifica-se que o agente público brasileiro, portanto não tem autonomia para firmar contrato de qualquer que seja a natureza como desejar. Fimar contrato para realização de obra, serviço, compra, alienação, concessão, permissão ou locação somente por meio de procedimento licitatório prévio (LEI Nº 8.666/99).

Bem coloca Barros (2009) que foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a consequente instituição do artigo 37, caput, que vários mecanismos foram instituídos para contribuir na melhoria da Administração Pública e para implementar um instrumento capaz de proporcionar a Administração contratar por meio da proposta mais vantajosa, e dá condições de igualdade aos candidatos que desejassem participar do certame. A licitação foi instituída para esse fim.

Eis que segundo preconiza o Direito Administrativo Brasileiro a Administração Pública tem obrigatoriedade de licitação tanto para aquisição de bens como para que haja prestação de serviços para a Administração, conforme determina o art. 37, XXI, da nossa Constituição.

Na sequência deste referencial considerações relacionadas à licitação.

2.2 Licitação: Obrigatoriedade da Administração Pública

No que diz respeito ao vocábulo licitação este é originário do latim *licitatio* e significa ser uma atividade desenvolvida por meio de lances. Tem a ver com o ato obrigatório de licitar, arrematar, hasta pública, visando adquirir bens, imóveis e serviços.

2.2.1 Breve relato sobre o surgimento da licitação

Considera-se interessante comentar de forma breve sobre como surgiu à licitação. Segundo consta em Mello (2012) essa pode ter surgido na Europa Medieval, com o propósito de sanar uma necessidade de realizar determinado serviço ou aquisição de determinado objeto. A fim de realizar uma dessas necessidades, o Estado Medieval fazia circular avisos com coordenadas para os interessados em realizar negócios com o mesmo. Nessa época o costume era acender uma vela e até essa apagar os interessados apresentavam suas propostas para realização de serviços e para fornecimento de objetos.

Como na Era Medieval predominava o regime patrimonialista, onde um monarca centralizava as decisões político administrativas, em benefício do clero e nobreza, muitos eram os atos de corrupção de todos os tipos. Ainda com base no exposto por Mello (2012), é com a presença do Estado Liberal, por volta do século XIX, quando surge a Administração Pública Burocrática, que tem início aperfeiçoamento dos processos licitatórios, a fim de proteger o Estado contra a corrupção, empreguismo e nepotismo.

Da mesma forma que o restante do mundo, no Brasil também às licitações passaram por várias modificações e construções legais, graças as diversas influências política como foi o caso da Ditadura.

Conforme consta no estudo de Otero (2012) o primeiro registro formal de licitação no Brasil está datado de 1862, com a instituição do Decreto 2.926 de 1862, voltado a regulamentar os serviços arrematados pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Partiu dessa iniciativa a proposta de licitar também as compras. Depois desse decreto vários outros regulamentos passaram a tratar do

assunto, embora de forma bem dispersa, sem muita profundidade como acontece na atualidade com o advento da Lei de Licitação.

Tiecher (2010) também comenta sobre as modificações sofridas, com o decreto nº2.926, que introduziu a licitação no direito público brasileiro, e passou a regulamentar compras e alienações. Destaca-se que esse decreto esse foi sendo complementado através de outras leis até os dias atuais. Também foi graças ao advento da Constituição de 1988, que aconteceu a institucionalização e democratização da Administração Pública brasileira.

Segundo informações de Tiecher (2010, p.45) foi com a Constituição de 1988 que a licitação assumiu status de “princípio constitucional de observância obrigatória pela Administração Pública Direta e Indireta de todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. Eis que a licitação passa a estar associada ao princípio de indisponibilidade e supremacia do interesse público; torna-a um objeto de garantia de observância do princípio de isonomia, quando se deve selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo passar por processo em que se julga a conformidade com a legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

Acrescenta-se para finalizar esse breve relato histórico da licitação que foi ainda graças a influência da Constituição Federal de 1988, no dia 21 de junho de 1993, é instituída a Lei 8.666, legislação criada especificamente para acabar com o favoritismo ilegal que sempre trouxe prejuízo aos interesses públicos. Trata-se de lei também voltada a atribuir maior racionalidade e qualidade aos gastos públicos.

Que fique claro que a complexidade na sociedade e o próprio funcionamento tanto do Estado como do comércio, associado aos avanços sociais, juntamente com à universalidade que faz parte da legislação do país e os costumes políticos, certamente se necessário pode vir a acontecer mais mudanças da Lei de Licitação.

Miguel (2015, p.41) traz a série de alterações que implantaram a Lei nº 8.666/93 na busca de torná-la mais adequada aos fins de garantir a moralidade e a eficiência considerando sempre as práticas de mercado. Segundo esse mesmo autor seriam as Leis: nº 8.883/1994, nº 9.032/1995, nº9.648/1998, nº 9.854/1999, nº10.520/2002, nº10.973/2004, nº11.079/2004, nº11.101/2005, nº11.107/2005, nº11.196/2005, nº11.445/2007, nº11.481/2007, nº11.484/2007, nº11.763/2008, nº11.783/2008, nº11.952/2009, nº12.188/2010, nº12.349/2010, nº12.440/2011 e nº12.715/2012.

É diante dessa dinâmica de implementação da lei de licitação que sempre que a Administração Pública precisa convocar interessados em fornecer bens e serviços para atender as necessidades do Estado, a fim de garantir transparência e igualdade de participação e a proposta mais vantajosa para o mesmo, é obrigatória a aplicação da Lei de Licitações.

No entendimento de Cunha Junior (2012, p.978) a licitação garante que sejam respeitados os princípios constitucionais. Deve ser processada e julgada respeitando os princípios básicos da “[...] legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”, princípios esses que vão ser discutidos logo mais na sequência desta monografia.

Diz-se de princípio que se baseia no primeiro passo para a existência de uma regulação a ser adotada e seguida por outros. Tem as mesmas propriedades de uma diretriz ou norte, só que é bem mais abrangente que qualquer regra, pois estabelece certas limitações, fornece diretrizes e favorece que exista uma melhor compreensão e interpretação de algo. Violar um princípio é consideravelmente mais grave do que violar uma regra. Um princípio quando violado ofende não apenas algo obrigatório, mas todo um aparato de comandos (MELLO, 2010).

Ao se falar em licitação é imprescindível comentar sobre os princípios que a regem. Verifica-se mediante leitura realizada na literatura específica que a licitação apresenta princípios gerais e específicos, que são comentados a seguir.

2.2.2 Conceito de licitação

A licitação tem sido conceituada de várias formas como pode ser constatado a seguir.

No entendimento de Mello (2009) a licitação é um procedimento preliminar rigorosamente determinado e preestabelecido que segue a conformidade da lei. A Administração Pública diferente das empresas particulares que podem adquirir, alienar, locar bens, contratar a execução de obras ou serviços a bel prazer, para fazê-lo, necessita adotar os procedimentos de licitação.

Meirelles (2010) complementa que licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma

sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Tem como pressuposto a competição.

Licitar conforme esclarecimentos de Cunha Júnior (2016) consiste num procedimento administrativo que possibilita a Administração Pública selecionar a proposta que se apresenta como sendo a mais vantajosa quando da necessidade de negociar pautando-se pelo princípio da isonomia, ou da igualdade, tanto que se diz que aos interessados em contratar com a Administração a licitação assegura que todos participem em igualdade de condições, sem favorecimento, de forma competitiva.

Explicações de Meirelles (2009, p.274) expõem que a licitação se caracteriza como sendo um procedimento administrativo que se desenvolve por meio de uma “[...] sucessão ordenada de atos vinculados para a Administração e para os licitantes”. Busca-se com a licitação dar a mesma oportunidade a todos os interessados em contratar com Administração Pública e dar mais eficiência e moralidade nos negócios que a envolvem.

Mello (2010, p.526) descreve que a licitação como sendo o procedimento administrativo no qual determinada pessoa governamental, “[...] aliena, adquirir ou pode locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões, permissões de obra, serviço ou de uso exclusivo de bem público”. Para tanto a licitação previamente se utilizando de parâmetros predeterminados, estipula condições, demonstra pretensão de realizar negócios buscando selecionar a melhor proposta para as suas necessidades.

Justen Filho (2010) entende licitação como um instrumento jurídico que favorece à concretização dos fins impostos à Administração. Considerando material exposto por Silva (2011) licitar é um procedimento administrativo formal que tem como objetivo proporcionar à Administração Pública uma aquisição, uma venda, ou uma prestação de serviços que for mais conveniente às necessidades da mesma.

Diz-se dessa forma que ao licitar a Administração Pública busca evitar as eventuais tendências personalistas do gestor do gestor público da ocasião. É a garantia de moralidade nos atos administrativos e nos procedimentos da Administração Pública.

Também com a licitação acontece a valorização da livre iniciativa, fruto da igualdade no oferecimento da oportunidade de prestar serviços, bem como de comprar ou vender ao Poder Público. É bem verdade que a licitação com essa concepção se apresenta como uma nova política administrativa constituída por um dos principais instrumentos de aplicação do dinheiro público.

Estão sujeitos a regra de licitar, além dos órgãos integrantes da Administração Direta, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista, os fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (CUNHA JUNIOR 2012, p.978).

Meirelles (2016) acrescenta que embora a licitação seja uma regra obrigatória, e como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite três situações em que se torna mais viável aos interesses da Administração que não se realize a licitação. Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A seguir algumas considerações sobre como surgiu a licitação na Administração Pública.

2.2.3 Princípios da licitação

Conforme Cunha Junior (2012) o Estado desempenha fundamentalmente a função legislativa, judicial e a executiva ou administrativa. Para realizar a função administrativa o Estado pode organizar-se administrativamente respeitando sempre os princípios constitucionais.

Sobre a função administrativa, essa consiste numa atividade infralegal, subordinada à legislação. Diz respeito à concretização dos interesses públicos, como mesmo explica Cunha Junior (2012) é essa função que determina segundo o ordenamento jurídico, a forma da prestação de serviços públicos, estando passíveis

de controle interno e externo, exercido pelos órgãos de controle e pelo poder judiciário.

Sobre a origem do termo "princípio" no estudo de Borges (2010) consta que parte do termo *principium*, tem vários significados desde a ideia de começo, origem, ponto de partida, pode significar ainda como a verdade primeira, que serve para fundamentar a base de algo. É por isso que esse mesmo autor afirma que o termo princípio significa origem de algo, de uma ação ou de um conhecimento.

Tem relação também com seguir regras, normas, dar rumo, solidez, disciplina e clareza de objetivos. Borges (2010) expõe ainda que para o Direito princípios tem grande importância, pois significam verdadeiros vetores a ser aplicados. Na atualidade os princípios para o Direito ganharam força e são considerados normas jurídicas.

Para Cunha Junior (2012, p.189) princípio consiste no “[...] veículo dos valores mais fundamentais de uma sociedade”, a base para que a mesma exista. Numa perspectiva jurídica, princípio é o mandamento nuclear de um sistema jurídico, a pedra angular a norma *normarum* o alicerce e fundamento desse sistema, que lhe imprime lógica, coerência e racionalidade.

Barros (2009) observa em seu estudo que os princípios que norteiam a atividade administrativa do sistema jurídico brasileiro, devem ser aplicados por todos os servidores da Administração Pública que lidarem direta ou indiretamente, com o erário público. A depender da agressão causada ao erário público, a inobservância dos princípios gera ao servidor a punição de responder civil, administrativa e penal.

Eis que como determina o art.3º da Lei 8.666/93, a escolha da melhor proposta deve se basear nos princípios básicos que regem a licitação como o da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.

Rege o princípio do procedimento formal, conforme explicações de Meirelles (2016, p.275) que a licitação deve estar vinculada às “[...] prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases”. Acrescenta-se que as prescrições não se restringem apenas as da Lei 8.666/93, mas também, do regulamento, do caderno de obrigações e até do próprio edital ou convite.

Verifica-se ainda que esse princípio não deve ser confundido com exigências inúteis e desnecessárias, tanto é que conforme a legislação a licitação não pode ser

anulada por meros erros de omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. Como mesmo enfatiza Meirelles (2016) predomina a regra dos processos judiciais, onde não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.

No que se refere ao princípio da publicidade de seus atos, este disciplina todos os atos da licitação desde os avisos de sua abertura até o conhecimento do edital e seus anexos. Também disciplina o exame da documentação e das propostas apresentadas pelos interessados e o fornecimento de certidões de quaisquer peças, pareceres ou decisões com ela relacionadas.

Como comenta Meirelles (2016) é a partir desse princípio que são disciplinadas todas as regras que determinam a abertura dos envelopes da documentação e da proposta em público, como também a publicação oficial das decisões dos órgãos julgadores e do respectivo contrato, ainda que resumidamente (ARTS. 3º, PAR. 3º, e 43, PAR. 1º da LEI 8.666/93).

Cabe ao princípio da igualdade entre os licitantes impedir que ocorra qualquer tipo de discriminação entre os participantes do certame. Não é permitido a elaboração de qualquer cláusula que discrimine de qualquer forma tanto no edital ou mesmo convite, ou que venha a favorecer uns em detrimento de outros, nem tão pouco que venha a ocorrer julgamento facciosos, que desigule os iguais ou iguale os desiguais (ART. 3º, PAR. 1º da LEI 8.666/93).

Conforme explicações de Meirelles (2016) e Moraes (2009) a licitação que desrespeitar o princípio da igualdade entre os licitantes estará cometendo a mais ardilosa forma de desvio e abuso de poder. Sempre que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público.

É preciso registrar que não se configura atentado ao princípio da igualdade entre os licitantes quando acontece de a licitação estabelecer requisitos mínimos de participação no edital ou convite. Segundo Meirelles (2016, p.276) a Administração pode e deve fixar requisitos mínimos sempre que se fizer necessários garantir a “[...] execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou serviço á regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público.”

Rege o princípio do sigilo na apresentação das propostas que essas não devem ser de conhecimento dos demais licitantes, uma vez que o fato de um concorrente conhecer a proposta do outro o deixaria em vantagem com relação ao oponente. Para Meirelles (2009, p.277) o “sigilo tem que ser guardado relativamente a todas as propostas, até a data designada par abertura dos envelopes ou invólucros que as contenham, após a habilitação dos proponentes” (ARTS. 3º, PAR. 3º, e 43, PAR. 1º da LEI 8.666/93).

Oportuno registrar que o fato de acontecer a abertura da documentação ou das propostas ou mesmo a revelação de qualquer conteúdo de maneira antecipada, gera não só a anulação do procedimento, como também se caracteriza num ato ilícito penal, com direito a pena de detenção e multa (ART. 94 da LEI 8.666/93).

Art. 94. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena - detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa (LEI 8.666/93).

Tem-se no princípio da vinculação ao edital como sendo o principio básico de toda licitação. Conforme o art.41 da Lei 8.666/93 a Administração não pode de forma alguma descumprir as normas e condições previstas no edital, ao qual se acha estritamente vinculada, uma vez que o edital é a lei interna que rege a licitação, e, como tal, este instrumento vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o emitiu.

Cabe ao princípio do julgamento objetivo deixar claro o critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. Conforme interpretação de Meirelles (2016) toda licitação deve ser julgada com base em fatores concretos definidos pela Administração, onde deve ocorrer um confronto das necessidades da mesma com o ofertado pelos proponentes, obrigando dessa forma que os julgadores se atenham aos critérios objetivos definidos no edital ou convite, critérios esses que não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei 8.666/93 (ARTS. 44 e 45 da LEI 8.666/93).

No que se refere ao princípio da probidade administrativa, esse determina que é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica. Para mas Meirelles (2016) trata-se de uma advertência às autoridades

que promovem ou julgam o processo licitatório. A probidade na Administração é mandamento constitucional (ART. 37, PAR. 4º da LEI 8.666/93).

Moraes (2009) observa sobre esse princípio que o mesmo se refere à honestidade que deve apresentar o administrador público, ao fazer uso do mecanismo das licitações. Esse deve ter uma postura íntegra e ética. Não deve buscar satisfazer os próprios interesses, nem tão pouco os integrantes das Comissões de Licitação, e todos os demais que venham a participar nas licitações.

A licitação dessa forma não deve de forma alguma visar o proveito próprio de ninguém. Acontecendo essa situação está previsto na legislação a “suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

O princípio da adjudicação compulsória impede que a Administração, concluído o procedimento licitatório, atribua seu objeto a outrem que não o legítimo vencedor (ARTS. 50 e 64 da LEI 8.666/93). Esclarecimentos de Moraes (2009) apontam que o vencedor de uma licitação só perde a obrigatoriedade de deixar de fornecer qualquer produto ou serviço desde que desista expressamente do contrato ou não o firmar no prazo prefixado, a menos que comprove justo motivo. A compulsoriedade veda também que se abra nova licitação enquanto válida a adjudicação anterior.

Além desses princípios, conforme material disponibilizado por Brasil (2010, p. 28-29) artigo 3º da Lei 8.666 de 21/06/93, as licitações são processadas e julgadas com base nos princípios básicos: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

De acordo com autor Brasil (2010), A licitação tem nove princípios que são o da:

- i. Legalidade o qual vincula aos licitantes a Administração Pública através de regras estabelecidas nas normas em vigo;
- ii. Isonomia o qual significa tratar de forma igualitária todos os interessados no procedimento licitatório garantindo igualdade na competição;
- iii. Impessoalidade o qual obriga a administração a observar critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação;
- iv. Moralidade e da Probidade Administrativa esse princípio diz que a conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem que ser além de

- lícita compatível com a mora, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração;
- v. Publicidade esse diz que qualquer interessado pode ter acesso as licitações públicas e ao respectivo controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todo procedimento da licitação;
 - vi. O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório, nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação;
 - vii. Do Julgamento Objetivo o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas, afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração;
 - viii. O da Celeridade esse princípio consagrado como uma das diretrizes a ser observada em licitações na modalidade pregão, busca simplificar procedimentos de rigorismos excessivos e de formalidades desnecessárias;
 - ix. O princípio da competição conduz o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado, a própria lei de licitações veda estabelecer, nos atos convocatórios, exigências que possam de alguma forma, admitir, prever ou tolerar condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação.

Acrescenta-se que além dos princípios apresentados nesse tópico, a Administração Pública deve obediência ainda, dentre outros, aos princípios da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Como já foi comentado, a não observância dos principais traz consequências ao servidor público.

Bem colocado por Otero (2012) no que se refere aos princípios da licitação entre esses não existe hierarquia, os mesmos são aplicados conforme o caso podendo ser aplicado mais de um, sempre sem perder os benefícios dos outros. Eis que é rara a situação que decorre do direito que não haja de contar com os ditames de princípios, a licitação é um desses.

No tópico seguinte uma discussão sobre as modalidades e tipos de licitação.

2.2.4 Modalidades e tipos aplicáveis de licitação

Como já foi discutido o desempenho da Administração no que diz respeito à aquisição de bens e serviços, essa atividade está atrelada a obrigatoriedade de respeitar leis e regras de licitação, a fim de fazer uso correto dos recursos públicos. A má aplicação desses recursos pode causar falência, como uma grande empresa que é mal administrada, ou a se tornar apenas autossuficiente, não sobrando verbas para investir em outros pontos a não ser para manter a sua própria existência.

No que diz respeito as modalidades de licitação essas indicam o procedimento que irá reger a licitação, caso seja necessário à legislação dá a Administração Pública a possibilidade de mudar a modalidade escolhida. Segundo descrito no art. 22 da Lei de Licitações são modalidades de licitação adotadas pela Administração Pública a concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e o pregão, que é a modalidade de licitação instituída pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

Consta em Brasil (2010) que a modalidade de licitação diz respeito a forma específica de conduzir o procedimento licitatório, a partir de critérios definidos em lei. No que se refere à modalidade concorrência a mesma é indicada para o interessado em contratar com a Administração Pública que se enquadre em requisitos mínimos de qualificação determinados no edital. Comprovando que atende as exigências da fase inicial de habilitação preliminar (NAVARTOVICIS, 2017).

Acréscimos de Navartovicis (2017) expõem que por facilitar a participação dos interessados essa é a modalidade mais ampla da licitação. Não existe nenhum pré-requisito para participar de uma concorrência, só respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e apresentar os documentos que determina o artigo 28 ao 31 da Lei de Licitações.

Conforme está determinado no art 22,§2º da Lei de Licitação a tomada de preços, diferente da concorrência tem como pré-requisito a obrigatoriedade de o interessado já ter cadastro aprovado junto a Administração Pública. É dado ao mesmo três dias antes da data da licitação para que apresente sua documentação e se torne apto a participar do pleito. Sem o prévio cadastro não participa.

Navartovicis (2017) explica que é função da Administração Pública avaliar os documentos previamente apresentados e emitir o certificado de registro cadastral, documento esse que dá o direito de o licitante participar da tomada de preço.

Conforme determina o §4º do art. 22 da Lei 8.666/93 a modalidade de licitação convite dentre todas é a mais simples, tanto que é adotada quando da necessidade de contratação de bens com valor baixo. Tem como particularidade maior o fato que o interessado em atender ao objeto solicitado pela licitação deve ser escolhido e convidado a participar do pleito. Eis que a Administração é quem convida por meio de um comunicado afixado em local apropriado. São convidados os interessados já cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas (NAVARTOVICIS, 2017; OTERO, 2012).

Explicações disponibilizadas por Brasil (2010, p.41) expõem ser possível a participação de possíveis licitantes que não foram convidados participarem da licitação, “desde que sejam do ramo do objeto licitado”. Para tanto devem estar cadastrados no órgão ou entidade que licita ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Para quem desejar um convite deve buscar adquirir o mesmo de forma antecipada (24 horas antes da apresentação das propostas).

A modalidade concurso é bem específica, diz-se ser uma modalidade atípica, pois só deve ser utilizada quando da necessidade de escolha de servidos para exercer trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme estabelece.

Explicações de Navartovicis (2017) e Otero (2012) atentam para o fato que a modalidade concurso não cabe a Administração Pública contratar o licitante, mas sim a aplicação para que possa escolher qual o melhor para a suas necessidades e depois dessa seleção aí sim ela contrata. Com a entrega do prêmio ou a remuneração ao vencedor do concurso, o mesmo é encerrado.

Sobre a modalidade leilão trata-se da utilizada pela Administração para vender bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados. No leilão não há necessidade de habilitação prévia, sendo o bem arrematado pelo interessado que oferecer o maior lance igual ou superior ao valor da avaliação (LEI DE LICITAÇÃO Nº 8.666/93, 2012).

Meirelles (2009) acrescenta que o leilão comum se utiliza dos ditames da legislação federal pertinente, só que o que diz respeito às condições para que possa ser realizado essas podem ser determinadas pela Administração interessada. No que diz respeito ao leilão administrativo, o mesmo é adotado para os casos em que

a Administração necessita vender mercadorias que foram apreendidas na forma de contrabando, ou ki foram abandonadas nas alfândegas, nos armazéns ferroviários ou nas repartições públicas em geral.

A última modalidade e mais recentemente criada é o pregão onde a disputa pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de proposta de preços escrita e lances verbais e sucessivos. Destina-se a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente (FERNANDES, 2013).

Para Fernandes (2013) o pregão é o procedimento administrativo ou modalidade de licitação na qual a Administração Pública, seleciona fornecedor ou prestador de serviço que melhor executa objeto comum no mercado, permitindo aos licitantes, em sessão pública presencial ou virtual, reduzir o valor da proposta por meio de lances sucessivos.

Por meio do pregão a Administração Pública adquire bens e serviços comuns, sem que exista qualquer previsão de valor estimado para a contratação. Consiste na disputa para fornecer bens e serviços, por meio de propostas e lances que devem ser administrados durante sessão pública (MELLO, 2012).

Cunha Junior (2016) afirma que os serviços adquiridos pela modalidade pregão, tem natureza simples, a fase de habilitação é descomplicada, pois não apresenta muitas exigências técnicas, dependendo somente da descrição e do projeto básico.

Sobre os bens e serviços contratados via pregão esses devem respeitar os padrões de desempenho e de qualidade ditados no edital. Obrigatoriamente são bens que devem ser ofertados pelos mais variados tipos de fornecedores e que devem ser facilmente comparados entre si facilitando a decisão pelo de menor preço (MELLO, 2010).

Enquanto modalidade de licitação de tipo menor preço, destinada à seleção da proposta mais vantajosa de contratação de bem ou serviço comum, o pregão se caracteriza por apresentar uma fase competitiva inicial, na qual os licitantes podem formular propostas sucessivas, e outra posterior voltada a verificar os requisitos de habilitação e de satisfação das ofertas (JUSTEN FILHO, 2014).

A disputa pelo fornecimento via pregão acontece durante uma sessão pública, onde são feitas propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante cuja proposta apresente o menor preço. Esse mais direcionado as aquisições de bens e

serviços, diretamente ligados a despesas de custeios da máquina administrativa dos Entes públicos do país.

A fase preparatória do pregão, ainda considerando as observações de Justen Filho (2014) envolve o cumprimento de formalidades essenciais e indispensáveis ao êxito do certame e a obtenção de contrato adequado e satisfatório. Devem cumprir-se as exigências e os requisitos genéricos contidos na lei 8.666, mas, existem temas específicos, derivados da especialidade da figura ou das peculiaridades dos bens e serviços ditos “comuns”.

A pesquisa de preços é etapa essencial nos processos licitatório pregão, pois estabelece balizas para que a Administração julgue se os valores ofertados são adequados. Sem valores de referência confiáveis, não é possível avaliar com razoabilidade dos preços dos licitantes.

Verifica-se ainda que a condição básica para se licitar através do pregão é que as aquisições ou contratações pertençam ao âmbito de bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado. Não se trata da complexidade ou sofisticação do objeto, mas do conhecimento e do domínio público associado ao objeto que se pretende licitar a ponto de caracterizá-lo comum (JUSTEN FILHO, 2014).

Sendo assim, incumbe à Administração Pública, na fase interna preliminar, definir padrões mínimos de qualidade, com precisa descrição dos objetos que serão licitados. Caso os bens e serviços não se enquadrem nas características de “comuns”, não devem ser licitados pela modalidade de pregão.

Ainda considerando o exposto por Justen Filho (2014) a autoridade “competente”, no caso do pregão, relaciona-se mais com a área de contratos administrativos, e menos com a autoridade de maior hierarquia, porém que realiza a distribuição de competência nos diversos entes, deve ser observado nos ditames do pregão.

É bem verdade que o pregão eletrônico é a modalidade de licitação mais atual e na prática traz mais vantagens, pois se apresenta com a mais eficiente e que possibilita maior abrangência da proposta e possibilita maior competitividade. É a que traz mais agilidade a todo o processo de licitação, visto que suprimiu uma série de formalidades democráticas.

Rigolin (2015, p.21), porém adverte que o grande problema da modalidade pregão não está no agente condutor, ou seja, no pregoeiro, mas justamente do edital. É no edital que esta a grande possibilidade de “descalabros, atecnias, futilidades, impropriedades da mais variada matiz, irrelevâncias absolutas ombreadas a elementos essenciais e fundamentais, e mazelas técnicas outras, sem fim à vista”.

Tem sido comum encontrar edital de pregão para contratar empresa para realizar reforma administrativa do ente público. Essa tarefa é algo difícil, pois não se tem certeza do que vai ser necessário para a reforma trata-se de algo impossível de ser descrito objetivamente em edital algum e muito menos cabe em um pregão.

Oportuno acrescentar conforme consta no estudo de Mello (2010) que a licitação apresenta não só modalidade, mas também tipo, portanto não deve se confundir modalidade de licitação com tipo de licitação. São tipos de licitação mais utilizados para o julgamento das propostas a licitações de menor preço, melhor técnica e técnica e preço.

As licitações do tipo menor preço têm como critério base de seleção ser a proposta mais vantajosa para a Administração ter como base o menor preço. Trata-se do tipo utilizado geralmente para compra de bens, execução de obras ou prestação de serviços. O fato de considerar o menor preço não quer dizer que deve ser comprado itens de baixa qualidade, como comenta Mello (2010, p.608):

O julgamento pelo menor preço o critério de seleção da proposta mais vantajosa é, como o nome indica, o da oferta menor (art. 45, par. 1º, I). Cumpre tomar atenção para o fato de que nem sempre o preço nominalmente mais baixo é o menor preço. Com efeito, uma vez que a lei, em diferentes passagens (art. 43, V, art. 44, caput, e art. 45), refere-se a “critério de avaliação”, a “fatores” interferentes com ela, de dar par com os “tipos” de licitação, percebe-se que, paralelamente a estes, complementado-lhes a aplicação, podem ser previstos no edital critérios e fatores a serem sopesados para a avaliação das propostas.

Menor preço não é justificativa para compra de produtos de baixa qualidade. Deve a Administração, em busca do melhor preço, verificar se as propostas estão de acordo com as especificações do ato convocatório, amostras ou protótipos exigidos. Melhor preço não é tipo de licitação. É terminologia normalmente utilizada para definir o tipo menor preço conjugado com os fatores qualidade, durabilidade, funcionalidade, desempenho, dentre outros (BRASIL 2010, p.109)

As licitações do tipo melhor técnica caracterizam-se conforme exposto por Meirelles (2016) por apresentarem como critério de seleção como proposta mais

vantajosa para a Administração a utilização de fatores de ordem técnica. Como está exposto no art. 46 da Lei no 8.666/1993, o tipo melhor técnica só deve ser utilizado para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de estudos técnicos preliminares, projetos básicos e executivos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento, e de engenharia consultiva em geral.

Na licitação de melhor técnica o que a Administração pretende é a obra, o serviço, o equipamento ou o material mais eficiente, mais durável, mais aperfeiçoado, mais rápido, mais rentável, mais adequado, enfim, aos objetivos de determinado empreendimento ou programa administrativo. Em face desses objetivos, é lícito a Administração dar prevalência a outros fatores sobre o preço, porque nem sempre pode obter a melhor técnica, dentro das especificações e do preço negociado pela Administração (MEIRELLES 2016, p. 306).

As licitações do tipo técnica e preço conforme exposto por Mello (2010) têm como critério de seleção como sendo a proposta a mais vantajosa para a Administração a que apresentar a maior media ponderada, considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e técnica. Nos termos do § 4º do art. 46 da Lei no 8.666/1993, a licitação do tipo técnica e preço são obrigatórias quando da contratação de bens e serviços de informática, nas modalidades concorrência e tomada de preços. Acrescenta-se que esse tipo de licitação é regido pelo art. 3º da Lei no 8.248/1991, regulamentado pelo Decreto no 1.070, de 2 de março de 1994.

Oportuno comentar, conforme exposto em material produzido pelo Tribunal de Contas da União, Brasil (2010, p.117) que a melhor técnica e técnica e preço, são utilizadas exclusivamente na contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, como acontece na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão, gerenciamento e de engenharia consultiva em geral. Particularmente também é indicada, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.

Em caráter excepcional, podem ser adotada para compra de bens, execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto, mediante “autorização expressa e justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora da licitação assinalada no ato convocatório”.

Como foi amplamente comentado a licitação é necessária para a Administração Pública, pois como explica Justen Filho (2014) o erário público

necessita ser regido por controle rígido. A licitação aproxima o administrador público da legalidade.

2.3 Edital: Etapa dos Procedimentos da Licitação

Comentar sobre o edital de licitação é discutir sobre as fases da licitação. Rege a Lei nº 8.666/93 que o procedimento ou processo licitatório possui duas fases gerais bem distintas que seriam a fase interna e a fase externa.

São principais exigências da fase externa conforme os artigos 21, 41, 43 da Lei 8.666/93 e artigo 109 da Lei de Licitações, a publicação do aviso ou do edital; a habilitação, a impugnação; o rito procedimental, incluindo julgamento e autocontrole e recurso. Registra-se que a habilitação representa a admissão do interessado como participante do processo licitatório. Através da habilitação, o licitante adquire o direito de ter sua proposta aberta.



Figura 1 – Fases da Licitação

Fonte: Dias (2011)

Conforme o artigo 7º da Lei nº 8.666/93 na fase interna é preciso que seja elaborado o projeto básico, com especificação do objeto; obtenção de valores referenciais (orçamentação); trânsito pela disponibilização orçamentária; autorização para a realização da despesa; elaboração do instrumento convocatório (edital); expedição e publicação dos avisos; estabelecimento dos critérios de aceitação das

propostas; estabelecimento de condições para habilitação; minuta de contrato – elaboração.

Segundo Mello (2009, p.47):

Instrumento Convocatório: Convocam-se os interessados em contratar, seja por edital ou por carta-convite, e se divulgam as regras do certame;

Habilitação: Admissão dos proponentes. Eliminam-se os que não se enquadram no perfil estatuído no Edital;

Julgamento (ou classificação): Ato pelo qual são ordenadas as propostas admitidas;

Homologação: Examina-se a regularidade de todo o processo de licitação;

Adjudicação: Seleciona-se o concorrente com a proposta considerada mais vantajosa.

Meirelles (2009) considera o edital a lei interna de convocação tida como a peça de convocação etapa fundamental em todo processo ou procedimento de licitação. Constam no edital todas as regras para que aconteça o negócio com a Administração. A descrição do objeto de interesse do Poder Público. Também traz todas as cláusulas do contrato que passará a ser pactuado com o vencedor do pleito licitado. Na modalidade convite o edital recebe o nome de carta-convite que tem a mesma função.

Consta no art. 40 da lei de licitação que constará no edital o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

...

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

...

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

...

§ 5º A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento (Incluído pela Lei nº 13.500, de 2017). (LEI Nº 8.666/93).

Como pode ser observado na citação anterior da Lei de Licitações no art.41, o edital pode ser impugnado por qualquer pessoa caso se verifique alguma e desconformidade com o que determina a legislação. O edital tem que ser amplamente divulgado, para tanto precisa ter ao menos o seu resumo publicado no Diário Oficial e num jornal de grande circulação, segundo art.21. O parágrafo 2º do art. 21 determina qual o prazo mínimo para ocorrer o certame de cada tipo de licitação depois que o edital for publicado.

Para a modalidade concorrência o período é de 45 dias quando o tipo de licitação for técnica, técnica e preço ou tratar-se de procedimento visando à celebração de contrato de empreitada integral. As outras modalidades de concorrência o prazo é menor para o certame são 30 dias. Para a tomada de preços técnica ou técnica e preço o edital deve contemplar um prazo de 30 dias. As demais modalidades de tomada de preço o tempo também é reduzido para 15 dias. Todas as modalidades de licitação na forma de convite o certame deve acontecer depois de 5 dias úteis da publicação do edital. O concurso tem 45 dias para ser realizado depois da publicação do edital e o leilão 15 dias (FAUSTINO, 2008).

Nobrega (2001) observa que é no edital que fica definido todo conteúdo desejável e adequado à licitação que se pretende instaurar. Depois de planejado e elaborado o edital deve ser revisto pelo órgão jurídico da entidade licitadora no sentido de verificar há existência de omissão ou o estabelecimento de exigências questionáveis que podem vir a causar a anulação de todo o certame.

A revisão jurídica do edital e de minutas de instrumentos contratuais é mais que uma formalidade é parte da fase interna da licitação e deve ser realizada por uma equipe qualificada e preparada a fim de evitar descompromisso e a possibilidade de que ilegalidades nos instrumentos passem despercebidas prejudicando o bom andamento da licitação. É nesse momento da licitação que eventuais erros devem ser responsabilizados a fim de prejuízos ou mesmo a repetição do certame e o consequente impedimento ou retardo dos objetivos de interesse público fixado (NÓBREGA, 2001).

É sobre erros nessa fase, ou seja, no edital das licitações da no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe que está o foco deste TCC.

2.3.1 Erros prováveis do edital de licitação

Como pode ser observado toda parte burocrática é pensada quando do planejamento e elaboração do edital. Dentre os variados erros que comumente se apresentam no edital Rigolin (2015) comenta sobre os associados a modalidade pregão eletrônico. Conforme observa esse mesmo autor essa modalidade facilitou alguns procedimentos, acelerou etapas, simplificou e favoreceu a resultados positivos mas também tem erros que sai da legislação e se concentra na ciência da computação

Um grave erro no edital segundo Rigolin (2015) e comum são as exigências por documentos e declarações que a lei permite que seja comprado do interessado em participar do pleito. A falta de preparo e a insegurança do autor do edital gera esse tipo de erro que conduz ao exagero documental sem a mínima utilidade e sem qualquer proveito ao poder público.

[...] o edital falho e ruim exige que o pregoeiro seja rígido em aplicá-lo a casos concretos, bastando ser “literalista”. Isso ocorrendo, o mesmo pregoeiro, se quer ajudar e não atrapalhar, pode indicar que a matéria poderá ser objeto de recurso pelo licitante prejudicado; desejável, porém não obrigatoriamente subscrito por advogado (RIGOLIN 2015, p.24).

Outro erro frequente associado ao edital de pregão está na aplicação dessa modalidade para a contratação do serviço de reforma administrativa do ente público. Essa falha é grave, pois não se contrata serviços de engenharia por meio do pregão.

Essa modalidade é para comprar material não para contratar consultorias, auditorias, pareceres, pesquisas ultra especializadas ou algo do gênero. A falta de condições para descrever as necessidades da reforma gera um edital sem sentido. O objeto não fica claro dá margem a interpretações e entrega de bem ou serviço desnecessário e que não atende a necessidade do ente administrativo que solicitou o material ou serviço. A lei determina o que pode ser licitado via pregão.

Rigolin (2015) atenta ainda para o fato que é errado ver com má vontade as impugnações ao edital ou, então, dar-se o trabalho de verificar a legitimidade do impugnante ou, ainda, a tempestividade da sua manifestação. Sempre que ficar evidente a presença de falhas no edital, essas devem ser eliminadas antes da publicação.

Peixoto (2011) cita a existência de erro no documento (*lato sensu*) que se manifesta com a pratica da distorção entre o conteúdo e a vontade daquele que o produziu. O que consta no edital fica diferente do objeto de desejo pretendido, consiste num vício involuntário que gera conteúdo inverídico. O que é feito intencionalmente não é erro. Produzir conteúdo falso ou diverso do que deveria ser escrito no documento a fim de obter vantagem ou para favorecer determinado corrente se caracteriza como falsidade ideológica.

A existência do erro formal não necessita que o edital seja invalidado. Mesmo com falhas no contexto e pelas circunstâncias descritas se for possível identificar a coisa a contratação pode ser feita. O exemplo é o caso de acontecer de uma proposta ser entregue manuscrita ao invés de ser datilografada ou impressa; uma proposta foi apresentada em modelo diverso do edital, mas obedeceu a todo conteúdo exigido. A instrumentalidade válida o documento, pois mesmo sendo escrito a mão a proposta atinge a finalidade pretendida (PEIXOTO, 2011).

O erro material é o mais fácil de ser visto à primeira vista. Não há necessidade de estudar a legislação nem muita coisa para verificar que há desacordo entre a vontade e o que de fato foi expressado no documento, trata-se do erro percebido por qualquer pessoa. Diz-se que o erro material costuma ser um erro grosseiro, que deve ser rapidamente reparado.

Erro de calculo é um caso de erro material que pode ser facilmente corrigido. Os preços unitários estão corretos, mas a soma ou a multiplicação está incorreta, erro quando o pregoeiro se atrapalha e considera o licitante que já foi considerado como habilitado, mas na decisão constou “inabilitado”. Erros de data errada

(02/10/2010, quando o correto seria 02/10/11) e por esse fato uma determinada empresa foi prejudicada; a numeração incorreta das folhas dos documentos de habilitação, corrigida pelo pregoeiro na própria sessão; decisão com data ou indicação de fato inexistente; etc. esses são erros que precisam ser corrigidos pois refletem uma situação ou algo que obviamente não ocorreu (PEIXOTO, 2011).

O erro dito substancial consiste num documento defeituoso, incompleto que não produz os efeitos jurídicos desejados, ou seja, não cumpre o determina a legislação. O erro substancial inabilita ou desclassifica o licitante da disputa, pois descumprimento o preconizado pelo Direito Administrativo, fere os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da segurança jurídica, entre outros. Esse não é um erro associado ao edital (PEIXOTO, 2011).

Contreras (2015) relaciona 10 erros que são cometidos pelas comissões de licitação quando do planejamento do edital de licitação, segundo esse mesmo autor existe a possibilidade de erro na definição do objeto da licitação, ou seja, na hora de descrever o objeto essa descrição se torna incompleta ou direcionada, situação que vai de encontro ao que determina caput do art. 40 que é o erro se configura no não cumprimento da indicação do diploma legal que regerá a licitação. É errado exigir que o interessado deva estar sediado no local onde se realiza a licitação ou qualquer exigência que dê preferência a empresas locais, sob pena de inibir a competição, a lei de licitação não aceita esse tipo de erro.

O edital não pode ter um custo excessivo o art. 32. par. 5º não admite que seja recolhido nenhum valor somente os referente a custos de reprodução. Também é errado exigir recibo que comprovação a compra de edital. Não é obrigatório que o participante pague por uma cópia do edital esse pode se desejar copiar todo o edital.

O edital não pode ser tendencioso para determinada marca. Não pode se apresentar de forma incompleta, tem que ficar claro para todos os interessados todos devem ter acesso aos detalhes por informações extras. O edital não pode ter muitas exigências ou exigir coisas ilegais.

É errado exigir capital social fora dos limites legais, desempate somente considerando os documentos apresentados na fase de habilitação. O sorteio é a única forma de garantir igualdade de condições, critérios de preferências (CONTRERAS, 2015).

Para Rigolin (2015) o edital falho e ruim requer que o pregoeiro seja rígido em aplicá-lo a casos concretos, bastando ser "literalista". O ideal é que o pregoeiro

atente para o erro e comente que o licitante prejudicado pode recorrer e exigir revisão e as devidas correções no edital que o estão afetando e o afastando do pleito, mesmo que o advogado não concorde.

Todo recurso deve ser acatado, senão imediatamente, em um segundo momento. Normalmente a assessoria interna e externa resolve os erros mais simples sem que se faça necessário uma análise mais aprofundada.

Análises do TCU (2015) já são categóricas em considerar como erro a indicação de marca em processo licitatório, só se admite as que apresentem justificativa técnica para isso. Não se admite a exigência de comprovação de experiência, em contratos de terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra, para a área específica pretendida pela Administração.

Por vezes, as instituições públicas realizam licitações para manutenção/reparo de veículos, veículos, sem atentar para variáveis importantes, importantes, como a necessidade de se estabelecer distância com relação à provedora dos serviços.

Para o TCU (2015) o edital deve evitar conter critérios de distância máxima de fato pode restringir a participação de empresas. Todavia, trata-se de medida por vezes necessária, porquanto a remessa de veículos a oficinas mecânicas demanda gastos com combustível e mão de obra de motoristas. Assim, ao delinear a contratação, deve o gestor público sopesar tais fatores, de modo a atingir solução que garanta a economicidade almejada sem impelir restrições desnecessárias ao caráter competitivo do certame.

3 ESTUDOS SOBRE O TEMA

Não são muitos os estudos acadêmicos que abordam sobre erros no edital de licitação. Conforme levantamento realizado foram encontrados 3 artigos que trazem no objetivo irregularidades no edital da licitação ou erros no mesmo.

O primeiro estudo de RIGOLIN, Ivan Barbosa, cujo título é “A espinhosa função do pregoeiro e das comissões de licitação. Erros frequentes do edital”. Propôs como objetivo discutir sobre os erros no edital de licitação abordando sobre os erros procedentes do pregoeiro e os aplicados no edital. E chamar a atenção para questões correlatas à função, nada fácil, do condutor de licitações.

Consiste num relato das experiências do autor sobre como os editais são “[...] fonte inesgotável de descabimentos, atecniais, futilidades, impropriedades da mais variada matiz, irrelevâncias absolutas ombreadas a elementos essenciais e fundamentais, e mazelas técnicas outras, sem fim à vista” (RIGOLIN 2015, p.21).

RIGOLIN (2015, p.21) comenta sobre os erros que considera como sendo grosseiros e incontornáveis, e outros que não materializam erros formais, mas que não passam de inconveniências de variada natureza que terminam por prejudicar a Administração, os licitantes, o mercado fornecedor respectivo e, com tudo isso, também os órgãos de fiscalização.

Segundo o estudo de Rigolin (2015, p.21) falta aos ocupantes da função de pregoeiro humildade suficiente para admitir que cometeu algum erro ou uma conduta menos apropriada no que se relaciona a atividade que desempenha, ou mesmo quando se lhe requer alguma providência inesperadamente trabalhosa, incômoda ou molesta, ainda que rigorosamente informada pelo direito.

O artigo comenta sobre a problemática do pregão eletrônico que possibilita alguém vencer e nunca aparecer para assinar o contrato ou então contratar e não entregar. Apesar das varias possibilidades de falha o pregão é a modalidade que mais agiliza e facilita o trabalho da Administração Pública.

O artigo prossegue com apresentação de uma serie de vários erros relacionados com a função e pregoeiro como aceitar lances inferiores ao menor já registrado. O pregão não deve nem pode ser utilizado para contratar serviços complexos, requintados, de forte conteúdo intelectual ou cultural, ou pertencentes a uma especialidade científica ou técnica de domínio restrito e reservado a profissões disciplinadas por legislação federal. Erros no edital que apresenta desmesurada

exigência de documentos, sobretudo quando se trata de pregão, concebido para ser simples, rápido e direto. O autor cita ser uma consequência da insegurança da autoridade e do autor do edital, que se imagina seguro ao exigir tudo o que a lei permite ou um pouco mais ainda. Exigências documentais de mais é um erro grave do edital. Outros erros são citados referente a posição do pregoeiro.

O artigo é encerrado com o autor comentando que as questões associadas a modalidade de licitação pregão estão longe de se esgotarem, outras questões de interesse existem em grande número, em versões renovadas e atualizadas periodicamente, e serão objetos de artigos futuros

WADA e CALIL cujo estudo tem o título “Uma Contribuição ao Estudo do Processo Licitatório Para Concessão de Serviço Público: um estudo de caso dos autos n.100/2009 – ALI/DTP, edital n. 005/2009 – URBS Curitiba/Paraná, desenvolveram uma pesquisa cujo objetivo foi estudar as possíveis irregularidades existentes no Edital publicado pela URBS S.A”. , consoante ao Processo Licitatório para a delegação do serviço público de transporte coletivo da cidade de Curitiba/PR – Edital n. 005/2009 – ALI/ DTP.

Para atender aos objetivos da pesquisa os autores organizaram o estudo em duas etapas sendo a primeira uma revisão da literatura sobre licitação e sobre o pressuposto teórico que cabe ao Estado fiscalizar as atividades dos serviços delegados ao ente particular na forma de concessão ou permissão. É dever do Estado fazer cumprir o acordado no edital. E a segunda que teve caráter exploratório por meio de pesquisa e revisão bibliográfica junto a doutrinas, artigos científicos, dissertações, teses, além do contato com o direito positivo e suas normas consubstanciadas no ordenamento jurídico brasileiro. Foi analisado o Edital n.005/2009: Lote 1 – Consórcio Pontual, Lote 2 – Consórcio Transbus, Lote 3 – Consórcio Pioneiro.

Como resultado da análise do edital em estudo WADA e CALIL (2016, p.200) encontraram vestígios de possível existência de favorecimento e direcionamento da licitação às empresas escolhidas para o serviço de transporte coletivo de Curitiba, sendo essas as mesmas que estavam prestando o serviço anteriormente. Restando a possível conclusão de que todo o procedimento de licitação foi uma busca de legitimidade da situação já existente.

O item 7 do Edital estudado, no que diz respeito à Proposta Técnica – Envelope n. 2, está descrito a necessidade de experiência na operação do transporte coletivo, bem como na operação do trajeto nas canaletas, ainda na proposta de antecipação do prazo de início de operação. Essa exigência do edital evidencia que são requisitos que poderiam ser cumpridos pelas empresas já operantes no sistema de transporte, essas só teriam que continuar fazendo o de sempre que se cumpriam as exigências do edital (WADA e CALIL (2016, p.200).

A análise também demonstrou que o Edital não estabelecia cláusulas relacionadas às multas para o não cumprimento dos projetos de melhorias, e outras condições de implementação a serem realizadas pela empresa ganhadora do certame que foram citadas no edital. Foi constatado também a ausência de fiscalização das implementações acordadas. Nenhum controle foi proposto para garantir o correto acompanhamento da prestação do serviço, ação que era uma obrigação do ente concedente do serviço público.

Na conclusão os autores registram que observaram alguns pontos de irregularidade no processo licitatório. Encontraram limitações para o desenvolvimento do estudo, como: a ausência de toda documentação que instruiu o processo licitatório do Edital n. 005/2009, conforme preceituam as Leis n. 8.666/1993 e 8.987/1995; a impossibilidade da realização de diligências na URBS e ausência de acesso a alguns arquivos anexos ao Edital.

Obtiveram uma comprovação de que o dever do Estado de zelar e aplicar sua autoridade no intuito de atender às necessidades da população, procurando exercer sua função de administrador dos recursos de maneira proba, não foi cumprido, dessa forma cabe ao Estado ou aquele que lhe faz às vezes, responder objetivamente perante seus erros ou falta de fiscalização, pois essa irresponsabilidade causa dano ao usuário do sistema público de transporte, seja de forma direta ou indireta (WADA e CALIL (2016, p.202).

Outro estudo que aborda sobre os erros de licitação é o artigo de OLIVEIRA (2017) cujo tema é “Principais erros cometidos pelos Municípios nas licitações”. Esse artigo traz os resultados de entrevista realizada com um consultor na área de Licitações e Contratos Administrativos, cujo objetivo foi conhecer quais os principais equívocos de licitação cometidos pelos Municípios.

Consta nesse artigo a opinião do entrevistado de que a maioria dos problemas e desvios de licitação não são causados por má fé, mas por condutas erradas, motivadas por desconhecimento e pela pressão para acelerar a licitação. Os municípios necessitam investir mais na capacitação dos seus servidores. Falta planejamento quando da elaboração do edital e mais compreensão da legislação em vigência.

O artigo traz a opinião de outra pessoa que também foi entrevistada sobre os erros de licitação, uma consultora jurídica de licitações e contratos. Na opinião da entrevistada existe o problema da má remuneração e da falta de qualificação técnica das pessoas que mal têm nível médio. Além de tudo há por parte dos municípios falta de investimento na capacitação profissional, seguido das consequências geradas pela mudança de gestão sempre que é eleito um novo partido e as equipes são alteradas.

Quase sempre o servidor que estudou um pouco e tem condições de ajudar no final da gestão com a chegada do novo gestor é transferido para outro setor, pois é parte da antiga gestão e por represália ou mesmo por prevenção de possíveis boicotes no fluxo de trabalho.

Dessa forma os erros os voltam a se repetir principalmente no início do novo mandato. São citados erros na forma de “[...] fracionamentos, direcionamentos, erro de entendimento sobre a forma de se calcular o fracionamento da despesa (se seria anual ou mensal), excesso de dispensas por valor, ou erro de entendimento na utilização das modalidades licitatórias” (OLIVEIRA 2017, p.01).

O artigo demonstra que os erros de licitação são gerados por deficiência de planejamento e pouco conhecimento dos servidores na área de licitação.

4 METODOLOGIA

Verifica-se que a metodologia é o momento do estudo que indica o caminho que foi percorrido para que se atinja o objetivo proposto em um trabalho. De fato, a palavra metodologia, - vinda do grego *hodós*, etimologicamente significa “caminho”.

A presente monografia consiste num pesquisa bibliográfica inicial, necessária para a realização da fundamentação teórica e conta com um estudo de caso, realizado no setor de licitação da Universidade federal de Sergipe.

4.1 Questões de Pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar possíveis erros em editais de licitação no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe, segundo a ótica da presidente da comissão de licitação.

- Características funcionais?
- Como ocorre o processo licitatório na UFS?
- Qual a modalidade mais utilizada pela UFS?
- Qual a frequência e a impugnação dos editais de licitação da UFS?
- Quais os possíveis erros nos editais de licitação da UFS?

4.2 Procedimentos Metodológicos

Considerando Lakatos e Marconi (2010) os métodos de procedimentos dizem respeito às etapas operacionais da investigação que explicam especificamente os fenômenos estudados com menor abstração. Dessa forma, no que se refere à abordagem dada as informações obtidas para a realização desta pesquisa essa se caracteriza numa pesquisa do tipo qualitativa.

O método qualitativo preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (LAKATOS e MARCONI 2010, p.95).

Entende-se segundo Lakatos e Marconi (2010) que a análise qualitativa consiste no tipo de abordagem que possibilita ao pesquisador maior liberdade para realizar seu estudo, ela parte da teoria existente, para de forma coerente, consistente e original seja investigado o problema definido para a realização do estudo científico.

No que se refere ao tipo de pesquisa, considerando os objetivos, esta monografia adota o tipo descritiva, pois como explicam Lakatos e Marconi (2010) trata-se da pesquisa que possibilita ao pesquisador descrever as características de determinada população ou fenômeno, nesse caso em particular a descrição do que é licitação e no que consiste a Administração Pública.

A revisão bibliográfica se enquadra numa revisão de literatura, revisão essa que consiste num método ou técnica de pesquisa que vai suprimir dúvidas a partir de pesquisas em documentos. Implica em fazer uso de estudos já realizados, a fim de esclarecer pressuposições teóricas que vão fundamentar a pesquisa. A revisão bibliografia apresenta como principal virtude a proposta de caracterizar aspectos de determinado objeto de pesquisa considerando o conhecimento já acumulado em outros estudos (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Dessa forma para a elaboração do referencial teórico foram considerados como fontes bibliográficas artigos científicos, artigos de congressos, artigos da base Scielo, e livros didáticos, que abordam sobre Direito Administrativo, Administração Pública, licitação e erros no edital de licitação.

O estudo de caso em questão é realizado no setor de licitação da UFS, junto a Comissão Permanente de Cadastramento de Firms e Julgamento de Licitações – CPCFJL.

4.3 Caracterização do Estudo

Para Gil (2009), as pesquisas sociais podem ser classificadas em três tipos: estudo exploratórios, estudos descritivos e estudos explicativos. De acordo com Vergara (2010), a pesquisa exploratória é realizada na área onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Tal ideia é corroborada por Gil (2009, p. 27), o qual afirma que “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado” e

geralmente envolvem levantamento de bibliografia e documentos, entrevistas sem padrão e estudos de caso.

Já a pesquisa descritiva possui o objetivo de expor as características de determinada população ou de algum fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. Este tipo de pesquisa, juntamente com as exploratórias, são as que habitualmente os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática realizam (GIL, 2009).

Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa de caráter teórico-empírico, do tipo exploratório e descritivo, pois propõe-se a ampliar o conhecimento sobre o tema possíveis erros em editais de licitação no âmbito da administração da universidade federal de Sergipe: Uma análise sobre a percepção da presidente da comissão de licitação.

Esta pesquisa também pode ser caracterizada como quali-quantitativa, visto que além de buscar estabelecer relações entre variáveis, analisou o fenômeno estudado na perspectiva da presidente da comissão de licitação.

A pesquisa qualitativa tem por preocupação a análise e a interpretação de aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade de um comportamento. Este método de pesquisa fornece visão mais detalhada sobre a investigação, hábitos, tendências. As amostras nesse tipo de pesquisa são intencionais. Os dados são coletados por meio de técnicas sem muita estrutura e tratados com análises interpretativas (MARCONI, LAKATOS, 2010; VERGARA, 2010).

Já em relação as pesquisas quantitativas, Vergara (2010, p. 242), afirma que:

Têm como propósito identificar relações entre variáveis. Hipóteses preestabelecidas pelo pesquisador são testadas em um contexto de verificação. Essa abordagem caracteriza-se pela objetividade, pelos critérios probabilísticos para a seleção das amostras, pelos instrumentos estruturados para a coleta, e pelas técnicas estatísticas para o tratamento dos dados. Busca-se a generalização dos resultados.

4.4 Métodos e Estratégias da Pesquisa

O método utilizado nessa pesquisa é o estudo de caso único, visto que o estudo se restringe ao âmbito de uma única organização, o UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS, e propõe-se a apresentar de forma detalhada e aprofundada o fenômeno estudado.

Para Yin (2010), o estudo de caso torna-se o método de pesquisa preferido quando o pesquisador se propõe a responder questões do tipo “como” ou “por que”, quando o pesquisador não possui tanto controle sobre o fenômeno estudado e quando o enfoque está sobre um fenômeno de ordem contemporânea presente no contexto da vida real.

Devido ao seu valor global, os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados na realização dos estudos de caso. As buscas sistemáticas de documentos relevantes são importantes em qualquer plano de coleta de dados (YIN 2010, p. 130).

4.5 Fontes de Evidências

Para a coleta de dados nesta pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes de evidências: questionário e um roteiro de entrevista.

Foi aplicado um tipo de questionário, o qual auxiliou no atingimento do objetivo geral do estudo. Composto por 10 questões, abertas, e foi aplicado junto a presidente da comissão de licitação da UFS

Para Gil (2009) os questionários, em sua maioria, são propostos de maneira escrita aos respondentes, sendo nesses casos, questionários auto aplicados. Formatar um questionário é, de forma básica, traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas.

Em relação a entrevista o autor afirma que (GIL 2009, p. 109):

O investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. [...] Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Portando, apoiado com as ideias dos autores, confirma-se que as fontes de evidências aqui escolhidas, foram apropriadas para a obtenção dos dados da pesquisa.

4.6 Unidade de Análise e critérios de Escolha

A presente pesquisa foi realizada no âmbito do setor de licitação da UFS, junto a Comissão Permanente de Cadastramento de Firms e Julgamento de Licitações – CPCFJL.

A UFS está localizado no município de São Cristóvão/SE. Foi criada oficialmente no ano 1968. Iniciou como Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química (1948), seguida da Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia (1950), Escola de Serviço Social (1954) e Faculdade de Ciências Médicas (1961), número mínimo necessário de escolas superiores para que se pleiteasse a fundação de uma universidade em Sergipe (PORTAL UFS, 2018).

O passar dos anos diversificou a área de atuação e a UFS atualmente se encontra em vários outros municípios do estado como São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Itabaiana e Lagarto. São 14 polos de Educação a Distância nos seguintes municípios do estado: Arauá, Brejo Grande, Estância, Japaratuba, Laranjeiras, Lagarto, Poço Verde, Porto da Folha, São Domingos, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá e São Cristóvão. Já na pós-graduação, a UFS disponibiliza 48 cursos stricto sensu, sendo 8 de doutorado, 37 de mestrado acadêmico e 3 de mestrado profissional (PORTAL UFS, 2018).

O setor escolhido para a aplicação do estudo é o Departamento de Recursos Materiais é o órgão ligado diretamente a Pró-Reitoria de Administração da UFS responsável pela coordenação e execução das atividades relacionadas a compras de materiais de consumo, equipamentos e serviços, bem como o controle de bens

móveis e imóveis da Universidade Federal de Sergipe, que fica localizado na sede de São Cristóvão.

A função da Comissão de licitações está definida no artigo 6º, inciso XVI, da Lei 8.666/93, sendo: “comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes”.

Comissão permanente é aquela criada para atuar em processos de licitação por determinado tempo, sendo possível a recondução de seus membros por mais de um mandato. Contudo é vedada a recondução da totalidade dos membros, ou seja, pelo menos um dos membros da comissão de licitação permanente deve ser renovado em cada mandato. O mandato das comissões permanentes deve ser de um ano, no máximo.

4.7 Definições constitutivas operacionais das categorias analíticas e elementos exploratórios

As definições constitutivas têm grande importância para facilitar o entendimento da pesquisa, ou seja, tornam claros os termos e variáveis, sem que haja possibilidade de erro em relação a interpretação dos termos. Seguem apresentadas as categorias analíticas relevantes para esta pesquisa e suas respectivas definições:

- **Processo licitatório:** É um processo administrativo, isonômico na qual a administração seleciona a proposta mais vantajosa, menos onerosa e com o melhor qualidade possível, para a contratação de uma obra, de um serviço, da compra de produto, locação ou alienação.
- **Modalidade de licitação:** A modalidade indica o procedimento que irá reger a licitação, que são divididas em sete, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão e concorrência.
- **Tipo de licitação:** Técnica e preço é o tipo de licitação onde a proposta mais vantajosa para a Administração tem base maior média ponderada, considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e de técnica.
- **Editais de licitação:** O ato convocatório (Edital ou convite) tem por finalidade fixar condições necessárias à participação dos licitantes, ao desenvolvimento

da licitação e à futura contratação, além de estabelecer um elo entre a Administração e os licitantes. Deve ser claro, preciso e fácil de consultado.

- **Impugnação da licitação:** Só ocorre quando o princípio da igualdade é contrariado por meio de exigências de marca, domicílio do licitantes e demais exigências que só visam afastar a competitividade do certame de licitação.

Na tabela 1, a seguir o registro das variáveis consideradas importantes para os objetivos do estudo.

Tabela 1 – Variáveis do Estudo

Questões de pesquisa	Categoria de análises	Elemento exploratório	Fontes de Evidências
Características funcionais?	Características sócio funcionais	Sexo, função, tempo na função	01
Como ocorre o processo licitatório na UFS?	Processo licitatório	Processo licitatório no âmbito da UFS.	02
Qual a modalidade mais utilizada pela UFS?	Modalidades de licitação	Modalidades de licitação mais utilizadas no âmbito da UFS	03
Qual a frequência e impugnação dos editais de licitação da UFS?	Impugnação dos editais de licitação	A frequência das impugnações nos editais de licitação da UFS	04,05 e 06
Quais os possíveis erros nos editais de licitação da UFS?	Possíveis erros em editais de licitação	Possíveis em editais de licitação no âmbito da UFS.	07, 08, 09 e 10

Fonte: Dados do Estudo (2018)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa etapa do estudo diz respeito aos resultados da entrevista aplicada no Departamento de Recursos Materiais da UFS em São Cristóvão. São respostas obtidas junto a Sra Antônia Emmanuela Alves Valentins dos Santos, que ocupa a função de Presidente da Comissão Permanente de Cadastramento de Firmas e Julgamento de Licitações – CPCFJL que está na função há 3 anos.

A entrevista semiestruturada foi aplicada no mês de agosto. A entrevistada respondeu a um roteiro constituído por 10 questionamentos subjetivos sobre os potenciais erros nos editais de licitação da UFS. Os resultados são discutidos a seguir.

Etapa 1 - Avaliação Sobre o Processo Licitatório

Inicialmente foi perguntado a entrevistada sobre como pode ser avaliado o processo licitatório em se encaixando como uma ferramenta eficiente ou não de compras na Administração Pública, a mesma diz:

O processo licitatório tem-se mostrado bastante burocrático, porque entre as fases interna e externa, apesar de se utilizar o Pregão Eletrônico como a principal modalidade para a aquisição de bens e serviços comuns, existe um caminho longo a ser percorrido como: solicitação pelo setor demandante, pesquisa de preços, análise de custos, verificação de disponibilidade orçamentária, elaboração de edital, termo de referência e minuta de contrato, aprovação jurídica, publicidade, abertura do certame, esclarecimentos, impugnações, decisões recursais, adjudicação, homologação, publicação de resultados, empenho, assinatura de contrato. No entanto, essa é a forma mais transparente de se efetuar compras com a aplicação de dinheiro público.

Em relação à afirmação de compra eficiente, tal resultado dependerá do bom planejamento na fase interna e da boa condução do certame, caso contrário, não se conseguirá obter produtos de qualidade atrelados somente a preço baixo (ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

A mesma diz ainda que pelo fato de ser um processo que requer muita burocracia, várias demandas no decorrer do seu andar, não deixa de ter os seus impasses até que venha a ter a sua devida finalização.

Meirelles (2009) também comenta sobre o fato de a licitação ser uma sucessão ordenada de atos vinculados para a Administração e para os licitantes, mas se mostra como importante ferramenta para oportunizar a todos os interessados em contratar com Administração Pública e como estratégia para obter mais eficiência e moralidade nas relações comerciais da Administração.

O próximo questionamento buscou saber quais seriam os resultados mais comuns em processos licitatórios. Conforme palavras da entrevistada *“Na sua maioria, satisfatório. Considerando ser a forma mais isonômica de aquisição de bens e serviços”*.

Comenta ainda que a finalização dos processos independentes de eles serem extensos e cansativos, com muita ou não burocracia para que sejam finalizados, *“Os mesmos sempre são finalizados de forma satisfatória e seus participantes sempre encerram os mesmo com os lucros e objetivos almejados concluídos”*.

Bem coloca Meirelles (2016) que são os princípios da licitação que garantem a licitação ser um instrumento de segurança baseado principalmente na legalidade, e no julgamento objetivo, ou seja, a licitação está amparada por todo um aparato moral e legal que assegura que todas as etapas são importantes para que não aconteça perdas para nenhuma das partes. Embora seja de certa forma os princípios tornem a licitação burocrática, esses também são a garantia do cumprimento dos objetivos.

Borges (2010) também observa que os princípios da licitação não são entraves eles garantem a ideia de começo, origem, ponto de partida e de final, são a base que fundamentam as relações entre Administração e fornecedores.

Mediante as informações obtidas até o momento entende-se que mesmo com a citada burocracia a licitação cumpre seu objetivo maior de dar segurança, legalidade e o direito de participação a todos que se interessem em contratar com a Administração Pública.

Etapas 2 - Modalidade de Licitação Mais Utilizada

Quando questionada sobre a modalidade de licitação que é mais usada na instituição para aquisição de bens e serviços, foi informado pela entrevistada ser o pregão, como pode ser visto a seguir:

A modalidade mais utilizada é o Pregão Eletrônico (para bens e serviços comuns). Em seguida, Concorrência Pública e Tomada de Preços, nessa ordem (para obras e serviços de engenharia) (ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Miguel (2015) comenta sobre a dinâmica que rege a legislação da licitação e como essa vem se adequando aos seus propósitos de garantir a moralidade e a eficiência considerando sempre as práticas de mercado. O pregão é a modalidade mais atual, daí ser a que mais traz mais vantagens para a Administração contratar.

Rigolin (2015) também enfatiza que o pregão eletrônico é melhor opção de licitação e a que mais está sendo utilizada pela Administração Pública, pois possibilita maior abrangência da proposta e mais competitividade. É a que traz mais agilidade a todo o processo de licitação, visto que suprimiu uma série de formalidades democráticas.

Etapas 3 - Editais Impugnados

Quando questionada sobre o número de editais impugnados no setor obteve-se a seguinte resposta:

Existem muitos editais que sofrem pedido de impugnação, mas, na sua maioria, o pleito visa adequação dos termos do edital para propiciar a participação do próprio impugnante que não dispõe de alguma condição de habilitação exigida (ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Verifica-se que não há um número certo, mas é algo que demonstra ser comum de acontecer.

A entrevistada foi questionada sobre às impugnações, se são feitas por cidadãos, licitantes não participantes do processo, outros órgãos públicos e/ou por licitantes participantes da licitação e insatisfeitos com o resultado do processo licitatório, obteve-se a seguinte resposta:

As impugnações são feitas por empresas interessadas em participar da licitação EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

A impugnação ao edital sempre se dá antes da data agendada para abertura do certame, evitando que os mesmos venham a ocorrer e

criar problemas no decorrer do certame (ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Verifica-se que as impugnações são comuns de acontecer. Há uma tendência a impugnar o edital antes da abertura do certame, entendes que a motivação para a impugnação não se baseia num erro formal, mas relacionado com a descrição do objeto, como se verifica nas respostas da entrevistada aos questionamentos seguintes.

Peixoto (2011) comenta sobre a impugnação devido ao erro substancial onde o edital apresenta defeitos, que não são aprovados pelo participante e comprovados pelo jurídico, pois não cumpre o que determina a legislação, daí tem que ser impugnado.

Nobrega (2001) atenta sobre a revisão jurídica do edital e de minutas de instrumentos contratuais realizadas por uma equipe qualificada e preparada a fim de evitar descompromisso e a possibilidade de que ilegalidades nos instrumentos passem despercebidas.

Rigolin (2015) comenta que todo recurso deve ser acatado e que cabe a assessoria interna e externa resolve os erros mais simples sem que se faça necessário uma análise mais aprofundada. Havendo a comprovação do erro o edital sim deve ser impugnado.

Com base nas respostas a variável que procura investigar sobre os editais impugnados verifica-se que são muitos os editais impugnados, para tanto consistem em erro substancial.

Etapa 4 - Erros nos Editais de Licitação

A entrevistada foi perguntada sobre o tipo de certame que é mais constatado erros, e impugnações. Resposta obtida:

São pregões eletrônicos, seguidos de concorrência pública e tomada de preços. Quanto aos erros mais comuns observados nas licitações podem ser citados, por exemplo, os erros nos termos de referência, cuja descrição do objeto a ser licitado é minuciosamente descrito. Assim, sempre surgem impugnações advertindo, por exemplo, que determinado item objetiva aquisição de bem, cujas características são incompatíveis (ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Rigolin (2015) também aponta que a modalidade que mais apresenta erros no edital é o pregão eletrônico. Este tipo realmente facilitou alguns procedimentos trouxe excelentes resultados, mas também é o que mais dá margem a falhas intencionadas ou não.

O pregão eletrônico devido à tecnologia aplicada nos seus processos também favorece aos erros. Algo relacionado à ciência da computação como mesmo comenta o autor.

Ainda falando sobre os erros que acometem as licitações na instituição estudada, o Pregão Eletrônico apresenta maior número de erros relacionados aos termos do edital. Em seguida, a modalidade de Concorrência pública. Dentre os erros mais comuns, e que na maioria das vezes acontece ainda na fase de publicação de edital são:

*Erro na descrição da característica do bem a ser licitado
Exigência de documentação de habilitação desnecessária ou dispensável
Erro de cálculo na planilha de custos (ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).*

A entrevistada ainda comenta:

A maioria dos erros, quando ratificada sua incidência, enseja a republicação no edital. Para que o edital não seja republicado, necessário se faz que o edital contenha mais de um item a ser licitado, e que tal erro tenha sido detectado em um item e não, em qualquer outra exigência do edital. Assim, caso não haja tempo hábil para suspensão do certame e republicação do edital, opta-se por dar andamento ao certame e cancelamento apenas do item com erro, aproveitando-se os demais (ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

E explica que, “se o erro for na descrição do item (do bem a ser adquirido), o erro é por falha do setor solicitante”.

Foi questionado, e debatido sobre se a má especificação do objeto, pelo setor requerente, é motivo pelo qual o setor de licitação tende cair no erro com frequência, a entrevistada diz que:

O pregoeiro ou a comissão de licitação não detém todo o conhecimento técnico em todas as áreas e atividades. Assim, para o bom êxito na condução do processo é necessário que o setor solicitante tenha elaborado o pedido de maneira correta, sem direcionamento a marcas, sem exigências que não são compatíveis

com o que se está licitando, caso contrário, não há como o agente condutor do certame proceda a um julgamento objetivo ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Foi ainda perguntado se a capacitação da comissão de licitação ajudaria a dirimir os erros nos editais de licitação, e a entrevistada informou de forma clara que:

Depende. Como foi respondido anteriormente, o Termo de Referência é responsabilidade do setor solicitante. Se o erro for no pedido, não há capacitação que ajude a sanar erros, porque para o agente condutor do certame, presume-se que o pedido está correto, uma vez que ele não detém conhecimento técnico em todas as áreas e não capacitação que esgote esse precedente. Mas, a falta de capacitação dos agentes públicos dificulta a tomada de decisões e condução do processo, frente às constantes e incessantes atualizações da legislação e outras normas ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Quando questionados quanto à legislação brasileira para regulamentação das licitações, foi informado que a mesma sofre alterações frequentes, portanto, se o agente está capacitado e atualizado, pode embasar-se seguramente para tomar suas decisões. Assim, agentes capacitados dificilmente elaborariam editais defasados.

Como mesmo observa Oliveira (2007) o grande problema dos erros nos editais não está na legislação brasileira, mas também na falta de atualização dos agentes públicos que atuam com licitação. A rotatividade da equipe responsável pela licitação também foi citada como motivo para os erros.

Foi perguntado à entrevistada, se a mesma achava que era necessária a reformulação da legislação brasileira sobre licitação, a mesma afirma que no olhar dela sim, a legislação carece de uma reformulação, pois:

A lei geral de licitações Lei n. 8.666/93. Apesar de ter sofrido algumas alterações, sendo a mais recente em 18 de junho de 2018, com a publicação do Decreto n. 9.412/2018, que atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 dessa Lei, muitos procedimentos continuam atrelados a prazos e condições que acabam por tornar o processo licitatório demorado.

A lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), e o Decreto n. 5.450/2005 (institui o Pregão eletrônico), enfatizaram a necessidade de dar mais celeridade ao processo. No entanto, as outras modalidades do artigo 23, da Lei 8.666/93 ainda possuem a metodologia bastante demorada de processamento ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Quanto as propostas para reduzir os erros nos editais de licitação, a mesma diz:

A ocorrência de erros depende de cada demanda, assim, quanto ao termo de referência a cautela maior deve partir do próprio setor requisitante.

Em relação aos outros termos do edital, basicamente, a maior necessidade é de capacitação de agentes públicos do setor de compras visando atualização frente às mudanças da Legislação brasileira. A administração precisa investir mais na capacitação de seus agentes ANTONIA EMMANUELA ALVES VALENTINS DOS SANTOS, 2018).

Oliveira (2017) também concorda que os erros de licitação são gerados por deficiência de planejamento e pouco conhecimento dos servidores na área de licitação. Falta mais capacitação e atualização sobre a legislação que dita as regras da licitação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado neste estudo verifica-se que a licitação é um processo ou procedimento dinâmico que visa garantir o uso correto dos recursos públicos. Para realização do estudo foi proposta a problemática sobre quais seriam os possíveis erros em editais de licitação no âmbito da administração da UFS segundo a ótica da presidência da comissão de licitação.

Como resposta obteve-se que os erros existem e ocorrem com frequência, mais comuns na etapa do edital são que tem relação com a discriminação das características do bem a ser licitado, acontece quando as características são incompatíveis com o objeto que a Administração deseja contratar ou adquirir. Também existe uma tendência a ser exigido muita documentação de habilitação algo que costuma ser comprovado ser desnecessária ou dispensável. O erro de cálculo na planilha de custos também é citado como erro comum. Observou-se que são erros que a literatura também aponta como sendo os mais frequentes no que diz respeito a falhas no edital, algo que se constata em todo país.

No que diz respeito ao objetivo de investigar o processo licitatório no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe obteve-se que o mesmo consiste num processo bastante burocrático, mesmo com a prevalência da modalidade pregão. O caminho entre as fases interna e externa se apresenta muito longo, mas é a forma mais transparente da instituição efetuar compras com a aplicação de dinheiro público. Desde que tudo seja realizado com eficiência e com bom planejamento na fase interna e da boa condução do certame, a compra por produtos de qualidade atrelados a preço baixo se concretiza gerando ganhos.

Obteve-se que os erros que têm gerado a impugnação do edital tem relação com a falta de conhecimento técnico necessário em todas as áreas. É fato que as atualizações da legislação e outras normas dificultam o total domínio das regras da licitação. Sem muito domínio tem sido comum erros no edital.

A modalidade Pregão foi citada como a mais adotada, portanto também é a que mais apresenta erros no edital.

Obteve-se que a maioria dos erros enseja a republicação no edital, só não acontece caso o edital contenha mais de um item a ser licitado, e que tal erro tenha sido detectado em um item e não, em qualquer outra exigência do edital.

Sobre a frequência e a responsabilidade pelos editais impugnados no âmbito da administração da UFS obteve-se que a frequência é grande, pois é difícil se manter atualizado sobre as alterações na legislação e pela falta de treinamento nas nuances dos processos licitatórios. No que diz respeito a responsabilidade pelas impugnações essas estão sendo solicitadas pelas empresas interessadas em participar da licitação.

Com base nas respostas obtidas verifica-se que os erros nos editais de licitação da UFS passam pelo mesmo problema que em outros órgãos da Administração Pública em todo o país, falta mais capacitação para que os resultados sejam melhores ainda. A licitação cumpre favorece a lisura e a imparcialidade na hora de contratar, mas ainda precisa de mais adequações a fim de possibilitar erros e comportamentos mal intencionados.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, C. A. **Orçamento público**. Curitiba: E-Tec, 2012.

BARROS, F. L. M. **Princípios administrativos aplicados à licitação pública**. 2009. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/20093-20094-1-PB.pdf>>. Acesso em: Agosto, 2018.

BORGES, R. L. M. O conceito de princípio: uma questão de critério. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**. vol.7, nº7, p.247-269, jan/jun, 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações e contratos**: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria - Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

BREDER, J.C. **Controle social um modelo em construção**: contribuições do Tribunal de Contas da União. Brasília. 2013.

CINTRA, A.C.A.; GRINOVER, A.P.; DINAMARCO, C.R. **Teoria geral do processo**. ed.19ª. São Paulo: Malheiros, 2003.

CONTRERAS, Thiago. **Os 40 principais vícios dos editais de licitação pública e erros cometidos pelas comissões**. 26 de novembro, 2015. Disponível em: <<http://thiagocontreras.com.br/author/admin/>>. Acesso em: Agosto, 2018.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. ed.18. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CUNHA JUNIOR, D. **Curso de direito administrativo**. ed.15ª. Salvador: JusPodivm, 2016.

_____. **Curso de direito administrativo**. ed.6ª. Salvador: JusPodivm, 2012.

FAUSTINO, N.C. **Licitação como ferramenta de controle na administração pública**. TCC do Curso de Pós-Graduação em Controladoria, Contabilidade Pública e Docência Superior. Universidade Tuiuti do Paraná. Imperatriz, 2008.

FERNANDES, J. U. J. **Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico**. ed.5ª. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

FURTADO, L.R. **Curso de direito administrativo**. ed.2ª. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. ed.14ª. São Paulo: Dialética, 2010.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. ed.7ª. São Paulo: Atlas, 2010.

LEI Nº 8.666/99. Legislação sobre licitações e contratos administrativos. ed. 2ª. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação Edições Câmara, 2012.

LIMA, H.M.A.; MELLO, F.A.O.; REIS, P.N.C.; LIMA, C.C.S.; OLIVEIRA, V.M.S. Controle Interno como Ferramenta Essencial Contra Erros e Fraudes Dentro das Organizações. **Anais do IX SEGeT Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Resende-RJ. Período de 24 a 26 de outubro, 2012.

LOPES, A.S. Princípios jurídicos: uma abordagem direcionada ao processo administrativo disciplinar brasileiro. **Revista Jus Navigandi**. Publicado em 01/2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/45929/principios-juridicos-uma-abordagem-direcionada-ao-processo-administrativo-disciplinar-brasileiro>>. Acesso em: Julho, 2018.

MARQUES NETO, F.A. **Princípios do processo administrativo**. 22 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,m18323,41046-Principios+do+Processo+Administrativo>>. Acesso em: Julho, 2018.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. ed.35ª. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Direito administrativo brasileiro**. ed.36º. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

_____. **Direito administrativo brasileiro**. ed.42ª. Atualizado até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. Malheiros. São Paulo: 2016.

MELLO, C.A.B. “Relatividade” da competência discricionária. **Revista de Direito Administrativo**. vol.01, n. 212, p.49-56, abr./jun. 1998.

_____. **Curso de direito administrativo**. 2010

_____. **Curso de Direito Administrativo**, 26º Edição. São Paulo, Malheiros Editora 2009.

MELO, V. V. A importância do pregão no setor público brasileiro: história, principais normas regulatórias, atores e vantagens do pregão presencial e eletrônico. **Revista Âmbito Jurídico**. vol.01, ano XV, nº98, Rio Grande, mar 2012.

MIGUEL, L.F.H. Licitação, passado, presente e futuro. **Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP**. vol.1, ano 14, nº158, p.31-40, fev. Belo Horizonte, 2015.

MORAES, A. **Direito constitucional**. ed.24. São Paulo: Atlas, 2009.

NAVARTOVICIS, N. Direito administrativo: modalidades de licitação. **Jusbrasil**. 12 de abril 2017. Disponível em: <<https://nicollynavartovicis.jusbrasil.com.br/artigos248449893/direito-administrativo-modalidades-de-licitacao>>. Acesso em: Agosto, 2018.

NÓBREGA, A.R. **Exame jurídico do edital**. 2018. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/886175>>. Acesso em: Agosto, 2018.

OLIVEIRA, A. **Principais erros cometidos pelos Municípios nas licitações**. Disponível em: <https://www.sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=11376&n=principais-erros-cometidos-pelos-munic%C3%A9pios-nas-licita%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: Agosto, 2018.

OTERO, L. F. **Licitações e contratos na administração pública**. Monografia do Curso de Especialização em Gestão Pública - EaD. Centro Universitário de Maringá. Núcleo de Educação a distância. Maringá - PR, 2012.

PEIXOTO, A.M. O erro formal e o erro material no procedimento Licitatório. **Portal de Licitações**. Publicado em maio 9, 2011. Disponível em: <<http://www.portaldelicitacao.com.br/site/artigos/o-erro-formal-e-o-erro-material-no-procedimento-licitatorio/>>. Acesso: Agosto, 2018.

PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. ed.27ª. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Direito Administrativo**, 23ª Edição. São Paulo, Editora Atlas S.A. 2010.

_____. **Direito Administrativo**, 25ª Edição. São Paulo, Editora Atlas S.A. 2012.

PORTAL UFS. Historia. 2018. Disponível em: <<http://45anos.ufs.br/pagina/10152>>. Acesso em: Agosto, 2018.

REIS, I. M.L.R. O processo administrativo contemporâneo: legitimidade, controle e eficiência da atividade administrativa brasileira. **Revista do CEPEJ**. vol.1, nº18, p.155-197, 2015.

RIGOLIN, I.B. Espinhosa função do pregoeiro e das comissões de licitação: erros frequentes do edital. **Revista do Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP**. vol.1, ano 14, nº168, p.21-26, dez. 2015.

SCHWANKA, C. A processualidade administrativa como instrumento de densificação da administração pública democrática: a conformação da administração pública consensual. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**. vol.80, nº3, p.69-95. Julho/agosto/setembro. 2011.

SILVA, F. H. **Estudo sobre indicadores de desempenho utilizados nos processos licitatórios na modalidade pregão em sua forma presencial e eletrônica na seccional da Justiça Federal em Natal**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

SILVA, E. M. N. Contratação direta na administração pública. **Revista Âmbito Jurídico**. vol.01, ano XIV, n.84, jan 2011.

SILVA, C.E.R.F. **Administração gerencial & a reforma administrativa no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, A. C.B. **Processualização da função administrativa do estado e participação democrática**. Conteúdo Jurídico. Brasília/DF, 07 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?Artigos&r=2.48468&o=1>>. Acesso em: Julho, 2018.

TICHER, E. J. G. **O processo licitatório como resultado de evolução histórica da administração pública**. Monografia do Curso Licitações e Contratos Administrativos. Universidade Gama Filho. Campo Grande, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. 50 Erros mais comuns em licitações - TCE. PPT. 2015. Disponível em:<www2.tce.rs.gov.br/.../Seminário%2050%20erros%20mais%20comuns%20ENAP%20..>. Acesso em Agosto, 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEGAS, C. M. A. R. As funções da administração pública. **Revista Âmbito Jurídico**. vol.01, ano XIV, n.86, mar 2011.

WADA, A.A.L.; CALIL, V.L. Uma contribuição ao estudo do processo licitatório para concessão de serviço público: um estudo de caso dos autos n.100/2009–ALI/DTP, edital n.005/2009–URBS Curitiba/Paraná. **Caderno de Iniciação Científica (PAIC)**. vol.17, n.01, p.197-204. Curitiba, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa de Campo

Você está participando de pesquisa cujo objetivo é identificar possíveis erros em editais de licitação no âmbito da administração da Universidade Federal de Sergipe, segundo a ótica de membro da comissão de licitação. Desde já agradecemos a sua participação.

1. Perfil da entrevistada:

Sexo

Função

Tempo na função

2. Como pode ser avaliado o processo licitatório como ferramenta de gestão eficiente de compras na administração pública dessa instituição?
3. Qual a modalidade de licitação mais utilizada por este órgão?
4. Existem vários editais impugnados? Quantos?
5. As impugnações, são feitas por cidadãos, licitantes não participantes do processo, outros órgãos públicos e/ou por licitantes participantes da licitação e insatisfeitos com o resultado do processo licitatório?
6. As impugnações são feitas em sua maioria na abertura do edital, após a análise da proposta, ou após a vitória do licitante?
7. Há erros nos editais de licitação de licitação impugnados nessa instituição?
8. Como os erros se apresentam nos editais de licitação e em que fase do processo licitatório ?
9. A maioria dos erros é sanável com o processo licitatório em andamento ou geralmente há um cancelamento no edital inicialmente publicado?
10. A maioria dos erros é causada pelo setor de licitação ou pelo setor requisitante?